

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE: UMA
EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

ALUNO: André Carlo Ferreira da Silva

**Natal/RN
2003**

André Carlo Ferreira da Silva

A ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

ALUNO: André Carlo Ferreira da Silva

ORIENTADOR: Prof. Eduardo Kaliniewicz

**Natal/RN
2003**

SILVA, André Carlo Ferreira da. A Economia de Comunhão na Liberdade: Uma Experiência de Economia Solidária. Natal, 2003. 70p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – UFRN – CCSA. Depto. de Ciências Econômicas

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE: UMA
EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

ALUNO: André Carlo Ferreira da Silva

Natal, ____/____/____

Banca Examinadora:

**Eduardo Kaliniewicz
Orientador**

1º Examinador

2º Examinador

**Natal/RN
2003**

Para a minha Catarina, com todo amor!

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por todo o conforto e auxílio que recebi nos momentos de dificuldade, principalmente, durante a realização deste trabalho. A Ele toda a Glória e todo o Poder para sempre!

Aos meus pais, **Pedro Neto** e **Ana Lúcia**, por todo o esforço que fizeram para que um dia eu pudesse chegar na Universidade e me tornar um bom profissional e, acima de tudo, um homem de bem. Também agradeço aos meus **avós paternos** e **maternos**.

Aos meus irmãos, **Adriano** e **Tina**, **Andréa** e **Daniel**, que também são responsáveis por tudo o que me tornei. Obrigado, **Adriano**, pela ajuda em todos os sentidos. Obrigado, **Andréa**, pelos conselhos sempre valiosos.

A minha noiva, **Catarina**, pela presença sempre tão valiosa em todos os acontecimentos de minha vida. De fato, minha vida mudou quando te conheci. Você realmente é uma luz para mim.

A **Edson e Geny**, **João Neto** e **Paulinha**, minha segunda família a quem serei grato eternamente.

Ao grupo de Jovens **Servos por Amor** pela preocupação sempre constante sobre meus estudos. Aos meus afilhados do **Círculo Amarelo** que depositaram tamanha **fé e esperança** em seu padrinho.

Aos colegas de trabalho, **Renato**, **Franklin**, **Nicácio**, **Nepónuceno**, **Rossana**, **Danielle** e **Niedja**, pela compreensão durante a realização deste trabalho.

Ao professor **Eduardo Kaliniewicz**, por toda a orientação dada para a realização dessa monografia. A professora **Valéria** pela ajuda e disposição.

A **Edivanaldo**, pelo valioso material cedido e pela amizade que foi constituída entre nós. A **Magna**, ao **Padre Normando** e ao Diácono **Teixeira** o meu agradecimento.

Aos colegas do curso, em especial, a **Bernardo**, **Andrey**, **André Costa** e **Saint-Clair**, pelo auxílio e paciência nesses cinco anos de convivência.

“ E todos que tinham fé viviam unidos, tendo todos os bens em comum. Vendiam as propriedades e os bens e dividiam com todos, segundo a necessidade de cada um.”

Atos dos Apóstolos 2, 44-45

RESUMO

A economia solidária vem ao longo dos anos se desenvolvendo significativamente devido ao processo de exclusão e desigualdade que o modelo capitalista vigente causa. A economia solidária constitui-se de um termo geral que engloba diversas experiências alternativas de geração de emprego e renda. Entre essas diversas experiências, o presente estudo apresenta a economia de comunhão na liberdade, um tipo de economia solidária nascida no interior de um movimento católico chamado Focolares. O objetivo do presente trabalho é apresentar uma análise da economia de comunhão na liberdade no período 1991-2000, ressaltando sua importância no sentido de promover uma alternativa de geração de emprego e renda diante de um mercado altamente competitivo e globalizado. O mesmo se fundamenta em referencial teórico que mostra a importância desse projeto para os trabalhadores e empresários envolvidos, bem como para o Estado, no sentido de promover uma maior receita devido o recolhimento dos impostos. Foram utilizados estudos descritivos; além de pesquisas bibliográficas e de campo. Isso permitiu concluir que a economia de comunhão na liberdade, ainda que em pequenas proporções, pode ser uma alternativa viável de geração de emprego e renda, promovendo um desenvolvimento econômico na região onde é implantada apesar de sua divulgação nos meios acadêmico e empresarial ainda ser bastante modesta.

Palavras-Chaves: Emprego, Renda, Economia Solidária, Capitalismo, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

Social Economy has been developed at last years mostly due to the exclusion and inequality process that present capitalist model causes. Social Economy is a general term that catches several alternatives experiences to improve employment and wage produce. Between these various experiences, this works shows Economy of Communion that is a kind of Social Economy created by a worldwide catholic movement called Focolare Movement. This work intends to present an analysis of Economy of Communion in the period of 1991 to 2000 introducing its importance in the sense of create an alternative of produce employment and wage in front of a top competitive and globally organized market. It is based in a theoretical reference that shows the importance of this project to the laborers and businessmen involved as well to the Government in the sense of promote best takings due to the taxes rounding up. It was used described studies besides book and camp researches. These researches allowed to conclude that Economy of Communion in free, even that in small proportions, can be a feasible alternative of produce employment and wage, promoting an economic development where is implanted in spite of its release in academic and businesses environment be very modest.

Keywords: Employment, Wage, Social Economy, Capitalism, Economic Development.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	09
2 - O CAPITALISMO VIGENTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS	12
2.1 – Definição e Desenvolvimento do Capitalismo	12
2.2 – Emprego e Renda	14
2.3 – A Globalização	18
3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA	21
3.1 – Um Conceito.....	21
3.2 – O Desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil	26
3.3 – Algumas Experiências de Economia Solidária no Brasil	30
3.3.1 – A Experiência da Gestão Cooperativa.....	30
3.3.2 – A Experiência da ANTEAG	32
3.3.3 – A Experiência das Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares	34
3.3.4 – A Experiência do Clube de Trocas de São Paulo	36
3.3.5 – A Experiência do SEAPAC/RN	39
3.3.6 – A Economia de Comunhão na Liberdade.....	40
4 - ANÁLISE DO PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO	41
4.1 – A Origem do Projeto: O Movimento Católico Focolares.....	41
4.2 – O Projeto Economia de Comunhão na Liberdade	44
4.3 – A Economia de Comunhão no Brasil	50
4.4 – Experiências de Algumas Empresas de Economia de Comunhão no Brasil.....	51
4.4.1 – A ESPRI S.A	51
4.4.2 – A La Túnica Confecções Ind e Com. Ltda	53
4.4.3 – A Escola Aurora	55
4.4.4 – A Policlínica Ágape.....	56
4.4.5 – A Eco-Ar Ind. e Com. Ltda	58
4.4.6 – A Rotogine – Rotomoldagem de Plástico Ltda	59
4.4.7 – A Prodiel Farmacêutica Ltda.....	60
4.4.8 – A Uniben e a AVN	60
4.5 – Depoimentos à Respeito do Projeto Economia De Comunhão	61
4.6 - A Economia de Comunhão no RN: Uma Esperança!	64
5 – CONCLUSÃO	65
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

1 - INTRODUÇÃO

O capitalismo compreende o modo de produção, no qual, os meios de produção e de distribuição, inclusive o trabalho, tornam-se mercadorias. Torna-se algo privado. Tal sistema possui uma sociedade de classes, onde, composta por um lado pelos os donos dos meios de produção, os chamados capitalistas, e por outro, pelos donos da força de trabalho são os proletariados. A desigualdade é inerente a este sistema, começando pela própria divisão causada na sociedade pela livre concorrência e por outros fatores que contribuem para isso.

Deste tipo de sistema desigual surgem vários problemas decorrentes do fato de não serem satisfeitas de forma adequada tais relações. Assim, o desemprego, a fome, a violência, a guerra e muitos outros são problemas sociais ocorrem devido às bases do capitalismo se fundamentar na chamada cultura do ter.

Entre todos esses problemas, pode-se enfatizar a questão do desemprego que causa desesperança e desespero em boa parte dos cidadãos, notadamente no Brasil. O desemprego constitui uma das maiores preocupações para os governantes, representando um alto custo para toda a sociedade.

Surge, portanto, a necessidade de alternativas que possam, pelo menos, minimizar tais problemas. A economia solidária é uma forma não governamental de diminuir as desigualdades sociais que o capitalismo causa.

Esse novo ramo da economia chamada de economia solidária abrange experiências iniciadas por pessoas que resolvem por o homem no centro de todo agir econômico, fazendo com que essas “novas empresas” passem a ter como principal objetivo não mais o lucro, e sim, as relações humanas, de modo a gerar o desenvolvimento econômico que decorre do crescimento das empresas e dos indivíduos que trabalham nelas, além da região onde as mesmas estão localizadas. Apesar de serem registradas poucas experiências no Brasil e no mundo, a economia solidária já vem sendo

considerada como uma alternativa séria e viável para a geração de emprego e renda nas localizações onde são experimentadas.

Entre as várias experiências identificadas está a Economia de Comunhão na Liberdade, um tipo de economia solidária que surgiu em 1991, no seio de uma comunidade da Igreja Católica chamada Movimento Focolares. No início, eram poucas empresas, hoje a economia de comunhão na liberdade possui empresas que alcançaram posições importantes na produção nacional e algumas delas até já exportam seus produtos. A economia de comunhão possui também um Pólo Empresarial na região sudeste e, segundo membros do movimento, pretende-se instalar em pouco tempo um Pólo Empresarial no nordeste brasileiro, no Estado de Pernambuco.

O estudo da economia de comunhão na liberdade é o tema escolhido para esta monografia devido à necessidade que se têm de obter ações alternativas de geração de emprego. O modelo econômico vigente visa, cada vez mais, o lucro pelo lucro, tornando o homem um ser descartável para esse modelo.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução da economia de comunhão, no período de 1991-2000. Essa experiência de economia solidária ressalta sua importância no sentido de promover uma alternativa de geração de empregos e renda em um mercado altamente competitivo e globalizado. Os objetivos específicos do estudo consistem em: descrever a economia solidária apresentando algumas de suas experiências no Brasil e analisar empresas ligadas ao projeto “Economia de Comunhão” no País.

O trabalho está dividido em três partes. Inicialmente, o referencial teórico em que são apresentados alguns conceitos básicos de economia, no intuito de nortear o leitor para as partes seguintes. Em seguida são apresentadas algumas fases do capitalismo, bem com a problemática do emprego e da renda e, por fim, tecem-se alguns comentários sobre o processo de globalização e suas consequências, principalmente em países pobres como é o caso do Brasil.

Depois é conceituada a chamada economia solidária, ressaltando seus principais aspectos e o seu desenvolvimento no Brasil. Também são apresentadas diversas experiências de economia solidária desenvolvidas no nosso País, entre as quais, destaca-se a economia de comunhão na liberdade, centro deste trabalho.

Como ponto principal, o estudo contempla o objeto da pesquisa, que é a chamada economia de comunhão na liberdade. São apresentadas informações básicas sobre o movimento Focolares, local onde nasceu este tipo de economia solidária. No projeto são ressaltados seus pontos fundamentais. São apresentados relatos colhidos de membros do próprio movimento, de políticos, de religiosos e de empresários, que apresentam seus depoimentos sobre a economia de comunhão. Em seguida tecem-se alguns comentários sobre a economia de comunhão no Brasil e por fim, apresentam-se, de forma sucinta, algumas empresas que fazem parte desse projeto.

Com relação ao método de estudo adotado, optou-se pelos métodos descritivo e exploratório e as técnicas de pesquisa utilizadas foram a pesquisa bibliográfica que possibilitou consulta a materiais bibliográficos como livros, revistas e artigos e a pesquisa primária, através da realização de entrevistas com pessoas ligadas ao movimento Focolares, além de religiosos e empresários.

Desse modo, buscou-se verificar nesse estudo se as economias solidárias, especialmente a economia de comunhão na liberdade, pode ser uma alternativa viável de geração de emprego e renda, no sentido de promover um desenvolvimento econômico e, assim, diminuir as desigualdades herdadas do capitalismo. Enfim, acredita-se que esse estudo exploratório forneça informações sobre o tema que ainda é pouco discutido e conhecido no meio acadêmico e empresarial potiguar.

2 - O CAPITALISMO VIGENTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS

2.1 – DEFINIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

O sistema capitalista de produção e distribuição surge lentamente na Europa Ocidental, sendo defendido teoricamente, em princípio, por Adam Smith de uma forma simples. Esse sistema vai se desenvolvendo ao longo de vários séculos e se espalha pelo resto do mundo. O sistema capitalista se caracteriza por quatro conjuntos de instituições, como explica Hunt (1982):

O capitalismo é caracterizado por quatro conjuntos de esquemas institucionais e comportamentais: produção de mercadorias, orientada pelo mercado; propriedade privada dos meios de produção; um grande segmento da população que não pode existir, a não ser que venda sua força de trabalho no mercado; e o comportamento individualista, aquisitivo, maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico. (HUNT, 1982, p.26).

A produção de mercadorias passa a exigir um crescente grau de especialização produtiva e é produzida por aqueles que possuem a força de trabalho, que a vendem para sobreviver no mercado. Esses trabalhadores devem ser juridicamente livres para que, então, possam vender sua força de trabalho para os capitalistas. Os possuidores da força de trabalho não têm qualquer controle sobre as mercadorias que produzem, esta é de domínio dos donos dos meios de produção, os capitalistas. Outra característica importante desse sistema econômico é a propriedade privada dos meios de produção. Dessa forma é dado o direito a poucos sobre a forma como maquinaria, ferramentas e matérias-primas devem ser utilizadas. A propriedade fica nas mãos de poucos dentro da sociedade que participam do processo produtivo com o objetivo de controlar e fiscalizar esse processo e também se apropriar do excedente produzido, o lucro, utilizando-os de acordo com seus interesses

individuais. É essa apropriação do excedente que faz com que essa classe se torne a classe dominante dentro do sistema capitalista.

Esse comportamento maximizador e individualista do capitalismo é que faz com que as desigualdades sejam cada vez mais acentuadas (HUNT, 1982). Cada um procura dentro do sistema satisfazer suas necessidades individuais, sem pensar na coletividade, ocasionando uma série de conflitos como comprometimento da geração de emprego e renda, miséria, fome, analfabetismo etc. Esse pensamento individualista pode comprometer o desenvolvimento econômico e social de uma região, essas são as chamadas crises dentro do sistema capitalista, ou seja, quando características que são inerentes ao próprio sistema acabam prejudicando o desenvolvimento do mesmo. Nesse sentido, os economistas possuem um papel de fundamental importância para a sociedade, pois, eles estudam a natureza dessas crises e procuram discutir soluções que possam minimizar ou eliminar tais conflitos.

Uma das importantes forças para o desenvolvimento do capitalismo foi o crescimento do comércio de longa distância. Essa expansão comercial ocasionou o estabelecimento das chamadas cidades comerciais e industriais. Houve grandes mudanças com o desenvolvimento dessas cidades. Mudanças, principalmente na agricultura, deixando de ser uma estrutura econômica feudal para se tornar capitalista. Outro momento do desenvolvimento do capitalismo foi o mercantilismo. Originou-se na Europa nos séculos XVI e XVII. Nesse período a Europa estava passando por uma crise aguda de escassez de ouro e prata, não tendo como suprir toda a demanda do comércio. Foram implantadas políticas restritivas para atrair ouro e prata para o país e mantê-lo no mesmo. Países como a Espanha que acumulou quase todo o ouro das Américas, implantou estas políticas restritivas durante um longo período e a punição para quem descumprisse o acordo era bastante severa (HUNT, 1982). O mercantilismo compreendia uma doutrina econômica que estabelecia políticas protecionistas e uma significativa intervenção do Estado na Economia. Segundo Sandroni (1999):

O mercantilismo era constituído de um conjunto de concepções desenvolvidas na prática por ministros, administradores e comerciantes, com objetivos não só econômicos como também político-estratégicos. Sua aplicação variava conforme a situação do país, seus recursos e o modelo do governo vigente. (SANDRONI, 1999, p. 383-384).

Deve ressaltar também a chamada Revolução Industrial. Essa divide-se em três fases: a primeira correspondeu à utilização da energia movida a vapor. O vapor passa, então, a ser uma nova fonte de energia substituindo em muitos momentos a energia humana e animal. A segunda fase ocorreu entre 1860 e a I Guerra Mundial. O petróleo passa a ser a nova fonte de energia para operar motores. A terceira fase surgiu após a II Guerra Mundial, é a chamada era das máquinas. Máquinas passam a coordenar o fluxo de produção, extração de matérias-primas, entre outros. Essa revolução no modo de produzir ocasionou graves desequilíbrios no mercado de trabalho, pois, o emprego humano vai perdendo espaço para as chamadas “máquinas inteligentes”. (RIFKIN, 1995)

O capitalismo é, portanto, um sistema econômico que através dos tempos vem se modificando e se perpetuando na sociedade. É um modo de produção que se adapta ligeiramente a diferentes situações e que tem a desigualdade como um processo inerente a sua natureza, pois, faz nascer duas classes sociais antagônicas, os trabalhadores e os capitalistas.

2.2 — EMPREGO E RENDA

No capitalismo, a força de trabalho passou a ter um preço e com a Revolução Industrial esse preço ficou se desvalorizando. Nesse sentido, o emprego pode ser conceituado, de uma forma geral, como a função ou a ocupação remunerada que é efetuada por um indivíduo numa empresa. Os empregados possuem a força de trabalho e a vendem no mercado para os donos dos meios de

produção, os capitalistas. O nível de emprego compreende a relação entre aqueles que pretendem trabalhar e aqueles que concretamente conseguem, ou seja, aqueles que possuem aptidão para exercer uma ocupação no mercado de trabalho. (SANDRONI, 1999)

Ao longo dos anos, com o desenvolvimento do capitalismo, o desemprego tornou-se uma das principais preocupações de economistas e políticos. O modo de produção capitalista centrado na maximização dos lucros e minimização dos custos ocasionou uma série de conflitos no mercado de trabalho, aumentando, cada vez mais, o número de pessoas com aptidão para trabalhar, mas que não conseguem encontrar emprego. As empresas puramente capitalistas se tornam cada vez mais independentes do trabalho humano, substituindo-o pelo trabalho mecânico na tentativa de obtenção de um lucro cada vez maior.

DORNBUSCH ; FISCHER (1991) afirmam que uma pessoa pode ficar desempregada por quatro razões:

(...) (1) ela pode estar entrando na força de trabalho pela primeira vez – ou mesmo pode ser alguém que esteja reentrando na força de trabalho (alguém retornando para a força de trabalho depois de ter procurado por trabalho por mais 4 semanas). (2) Uma pessoa pode pedir dispensa de um emprego para procurar outro emprego e registrar-se como desempregado enquanto procura. (3) A pessoa pode ser dispensada (...) é uma suspensão não remunerada que dura mais de sete dias consecutivos, iniciada pelo empregador (...) (4) Um trabalhador pode perder um emprego para o qual não há nenhuma esperança de retornar, tanto porque foi demitido como porque a firma fechou. (DORNBUSCH ; FISCHER, 1991, p. 637-638)

Segundo DORNBUSCH ; FISCHER (1991), atualmente, há uma tendência das altas taxas de desemprego se autoperpetuarem, trata-se da chamada *histerese do desemprego*. Isso acontece porque os trabalhadores que se encontram desempregados podem se acostumar com esse estado de vida. Eles podem descobrir os “benefícios” de estarem desempregados, passando o dia fazendo

coisas inúteis. Há também a questão da auto-estima dessas pessoas que se encontram desencorajadas para lutar por outro emprego. Acostumados a esse novo estilo de vida, os desempregados passam a sentir prazer na ociosidade, opondo-se a cursos que possam capacitá-los melhor e afastando-se cada vez mais do perfil do trabalhador que o mercado demanda.

Os custos que o desemprego causa são altíssimos para a sociedade. O aumento do desemprego pode ocasionar uma produção total abaixo do seu nível potencial, ocasionando uma diminuição da riqueza da sociedade, bem como as perdas pessoais das pessoas que se encontram desempregadas, tais como perda da auto-estima, confiança, esperança, perda do poder aquisitivo etc. O desempregado pode ter alguns benefícios por estar desempregado, como por exemplo mais tempo para o lazer e a família, só que, na maioria dos casos, esse tempo a mais é totalmente indesejado. Quando esse indivíduo possui tempo para se dedicar à família e coisas pessoais, mas, não possui moeda para poder gozar de um consumo desejado, ou seja, quando se encontra desempregado, a importância que se dá ao lazer é mínimo. Portanto, percebe-se que os custos do desemprego são bem mais altos do que os benefícios (DORNBUSCH ; FISCHER, 1991).

No capitalismo existe uma concorrência entre os trabalhadores devido ao grande contingente de pessoas que possuem a força de trabalho, mas, não encontram empregos. Marx conceituou esse fenômeno de *exército industrial de reserva*. O capitalismo mantém esse excesso de trabalhadores desempregados para, assim, manter os salários baixos, de subsistência, de forma que seus lucros sejam maximizados. Da mesma forma, esse contingente tem a função de atender as necessidades dos capitalistas quando for necessária a contratação de novos empregados para atender um crescimento na produção. Trata-se, portanto da lei da oferta e da procura: um número grande de pessoas querendo trabalhar faz com que os capitalistas coloquem os salários para um nível de subsistência, do contrário seria se a oferta de mão-de-obra fosse insuficiente, nesse caso seria necessário uma oferta de salário maior. (HUNT, 1982)

Não se pode deixar de ressaltar as conseqüências que a chamada Terceira Revolução Industrial está causando no emprego. Essa terceira revolução, denominada *era das máquinas*, acentua ainda mais o desemprego no sentido de substituir vários tipos de trabalho que antes eram efetuados por humanos e passaram a ser executados por *mentes artificiais*. (RIFKIN, 1995) Não é objetivo afirmar que o avanço da tecnologia consiste em um mal e que deve se banido do seio da sociedade. O que não se pode aceitar é ver o desenvolvimento tecnológico sendo usado de forma tão egoísta pela sociedade capitalista. A tecnologia deve ser uma ferramenta que promova uma melhoria na qualidade de vida das pessoas – e em alguns poucos casos esta tem proporcionado isto – e não um fenômeno que aumenta ainda mais as desigualdades sociais existentes.

Já sobre a renda pode-se afirmar que na economia existem vários tipos: renda nacional, pessoal, renda da terra, renda fundiária etc. Nesse trabalho são destacadas a renda nacional e a pessoal, apresentando sua relevância para o crescimento e desenvolvimento econômico. De acordo com Sandroni (1999), as rendas pessoal e nacional são definidas da seguinte forma, respectivamente:

É aquela recebida pelo indivíduo em forma de salário, lucro, juro, aluguel, arrendamento ou remuneração por serviços prestados. (...) A renda pessoal disponível é o que resta para os indivíduos depois de pagos os impostos. Representa a renda efetivamente à disposição dos indivíduos para consumo ou poupança (SANDRONI, 1999, p. 524-525).

A soma de todos os rendimentos percebidos, durante determinado período de tempo, pelos habitantes de um país, a título de remuneração dos fatores de produção. Inclui salários, lucros, juros, aluguéis, arrendamento, as receitas percebidas por aqueles que trabalham por conta própria e ainda os lucros e renda líquidas dos organismos governamentais (SANDRONI, 1999, p. 524).

Só existem dois destinos para a renda: ou ela é gasta em consumo ou pode constituir uma poupança no intuito de gozar de um consumo melhor no futuro. A teoria da determinação da renda faz parte do modelo keynesiano que afirma que a determinação da renda, num estado de equilíbrio,

excluindo situações de desemprego e inflação, depende do nível de investimento da sociedade. O investimento, segundo este modelo é o fator mais importante das flutuações do emprego e da renda. (SANDRONI, 1999)

O emprego e a renda sofrem grandes impactos devidos as transformações na produção, comercialização e distribuição dos produtos ao longo da história. O capitalismo corre cada vez mais para um processo de substituição do trabalho humano pelo mecânico. Isto provoca consideráveis conflitos no mercado de trabalho. O emprego e a renda são fatores de extrema importância para a obtenção do desenvolvimento econômico de uma região. Quando os níveis de emprego e renda são satisfatórios, podem acontecer melhorias dos indicadores sociais e econômicos, tais como melhorias nos níveis de educação, diminuição da mortalidade infantil, aumento no consumo, aumento nos níveis de poupança, entre outros.

2.3 – A GLOBALIZAÇÃO

O processo de globalização que o mundo vem vivenciando faz com que os mercados se tornem altamente competitivos de forma que pode comprometer a sobrevivências de produtores pequenos que não possuem capitais suficientes para manter-se. Esse processo não atinge os países da mesma maneira e suas conseqüências têm aspectos positivos e negativos. Pode-se citar como aspectos positivos a globalização de valores éticos ligadas a questões como direitos humanos, direitos da criança, combate a violência etc . Porém, quando se fala em globalização da força de trabalho percebe-se uma série de aspectos negativos como, diminuição dos salários, aumento do desemprego, entre outros (SPOSATI, 1997)

A globalização exige que os trabalhadores sejam especializados nas tarefas e que também possam se adaptar as diferentes situações que possam surgir. É um trabalhador que deve ser

especializado, mas, que também possua uma flexibilidade para assumir diversas funções ao mesmo tempo. (KON, 1997)

A mão-de-obra no novo sistema executa diversas tarefas e operações aumentando a intensidade do trabalho por operário. A produtividade passa a ser como produtividade-peça ou produtividade-produto e não mais como produtividade-homem (KON, 1997, p. 67).

O processo de globalização dos mercados consiste na disseminação de idéias neoliberais que tem entre outros objetivos, a unificação do capital. No Brasil, as conseqüências desse novo paradigma já podem ser notadas. Trata-se das vários desempregados que o País possui. Estes estão desempregados porque não tiveram oportunidade de se inserir no mercado de trabalho ou foram expulsos deste por não terem a capacitação desejada. Do outro lado, estão os inseridos nesse processo, onde, em sua maioria, são pessoas fascinadas pelo consumo de mercadorias, principalmente importadas, facilitadas pela política de estabilização do Governo Federal. (SPOSATI, 1997)

No mundo, o processo de globalização tem acarretado sérios problemas sociais e econômicos, principalmente para países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil. A abertura econômica foi feita, no nosso entender, de forma irresponsável, penalizando uma série de pequenos e médios empresários que tiveram seus estabelecimentos fechados por não agüentarem a concorrência global. Não se pode deixar de citar também a questão cultural que agravou ainda mais o processo. Trata-se do pensamento que grande parte dos consumidores têm de que os produtos importados são de melhor qualidade que os nacionais. É preciso que os consumidores despertem mais para os consumos dos produtos nacionais, não só porque alguns desses produtos têm qualidade superior aos importados, mas, porque gera mais riqueza interna. Preferindo somente os produtos importados, os consumidores estão acentuando ainda mais um sério problema da sociedade moderna: o desemprego. Se há uma preferência por produtos importados, então, as empresas

nacionais não vão vender como haviam planejado e tendem a fechar. Só que são elas que empregam a maior parte da população nacional . As empresas multinacionais também empregam, mas, parte dos seus quadros é ocupada por pessoas do país de origem dessa empresa.

Atualmente, o desemprego global atinge níveis mais altos que a grande depressão da década de 1930. Milhões de pessoas estão desempregadas ou subempregadas e este número tende a acentuar-se cada vez mais com o passar dos anos. (RIFKIN, 1995). Nesse contexto, surgem os diversos tipos de economias solidárias na tentativa de diminuir os efeitos do desemprego, entre elas a Economia de Comunhão. Essas experiências objetivam trazer uma esperança para aqueles que já a tinham perdido, incluindo-os novamente no processo produtivo, do qual, foram excluídos devido ao processo de globalização dos mercados. As economias solidárias podem ser uma alternativa de geração de emprego e renda para as pessoas que acreditarem neste novo modo de ver a economia. Diante de um mercado globalizado, altamente competitivo e individualista surge uma economia que coloca o homem no centro do processo constituindo unidades produtivas alicerçadas na comunhão e na solidariedade. Devido à importância dessas novas formas de economia, as mesmas passarão a ser estudadas mais detalhadamente a seguir, ressaltando o seu desenvolvimento no Brasil.

3 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 - UM CONCEITO

É importante que se conceitue a chamada economia solidária para que se possa entender melhor o que se discute no presente trabalho. Neste sentido, deve-se traçar seus pontos fundamentais, ressaltando, inclusive, experiências ocorridas no Brasil, como é o caso da Economia de Comunhão na Liberdade, objeto central deste trabalho.

A chamada economia solidária é uma forma de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, tendo como principais agentes fomentadores àqueles que se encontram ou temem ficar marginalizados, fora do mercado de trabalho. Este modo de produção e distribuição constitui-se tipicamente de uma cooperativa de produção em que os princípios organizativos são: a posse coletiva dos meios de produção pelos agentes que as utilizam para produzir; a gestão democrática da empresa ou por participação direta, quando o número de cooperadores não é demasiado, ou por representação; a repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos os indivíduos; a destinação do excedente anual (sobras) também por critérios acordados entre todos os cooperadores (SINGER, 2000)

A economia solidária não é um termo específico e, sim, um termo geral. Ela não constitui uma experiência única e, sim, num conjunto de experiências e relatos, a partir de organizações de diferentes bases ideológicas, como a Igreja e partidos políticos por exemplo, que apesar de suas diferenças, tem algo em comum que é a busca de um futuro melhor para os cidadãos que estão à margem da sociedade. O modo solidário de produção e distribuição pode unir pessoas de diversas crenças e ideologias para juntos lutarem contra o processo de exclusão causado pelo capitalismo. Da mesma forma a economia solidária não constitui uma “invenção” de algum teórico ou

intelectual. Ela consiste em uma experiência pensada por trabalhadores que lutam contra as desigualdades que o capitalismo provoca. Essas experiências não podem ter surgido antes do capitalismo, mas, ao contrário, surgiram devido ao capitalismo e o acompanha como uma força contrária a este. (SINGER, 2000)

A lógica da economia solidária está sedimentada na chamada crítica operária e socialista ao capitalismo. Condena a chamada ditadura do capital na empresa que existe no capitalismo, gerando o poder sem limites que os donos dos meios de produção possuem podendo, a qualquer momento, demitir simplesmente seus operários ou substituí-los por máquinas de acordo com seus interesses individuais. Esta ditadura do capital faz com que os trabalhadores devam obediência sem restrições ao capitalista e o resultado do trabalho coletivo é de propriedade do capitalista que usufrui destes frutos de acordo com seus próprios interesses enquanto ao trabalhador resta apenas receber o salário acordado contratualmente adicionado de alguns direitos legais.

O efeito deste processo excludente que o capitalismo provoca também é observado fora da empresa. Observa-se uma crescente desigualdade entre a classe trabalhadora e a classe capitalista, em que, a segunda acumula cada vez mais capital enquanto que a outra possui apenas ganhos apenas suficientes para reproduzir a sua força de trabalho. Desse modo, o resultado de todo esse processo consiste na concentração de renda em poder de poucos enquanto uma multidão de pessoas vive de forma precária e indigna.

Os projetos de economia solidária já existentes em diversos países há pelos menos dois séculos vem fazendo com que trabalhadores experimentem essa nova realidade, gozando dos seus resultados e pensadores se aprofundem nessas experiências, propagando no meio acadêmico e na sociedade esse novo paradigma de solidariedade. Ao longo dos anos percebe-se cada vez mais, trabalhadores que ao se tornarem marginalizados pelo grande capital optam por se unir com o

objetivo de criar unidades produtivas, nas quais , possam ganhar a vida e também competir com empresas capitalistas. (SINGER, 2000)

Existe um forte enlaçamento entre as bases da economia solidária e a classe trabalhadora. Ambas lutam contra o caráter acumulador e explorador do capitalismo. A economia solidária constitui um pilar de luta contra o capitalismo em muitos países ao longo dos anos juntamente com a ação de sindicatos e de outras organizações. Porém não se pode afirmar que a economia solidária compreende a única opção de saída da classe trabalhadora marginalizada e excluída. A pobreza por si só não transforma as pessoas em indivíduos solidários. Há uma solidariedade considerável entre os mais pobres, porém , esta pode limitar-se somente entre os mais próximos e parentes. De certa forma essa camada mais pobre traz dentro de si valores eminentemente capitalistas como o individualismo. Portanto, o trabalho a ser realizado com essas pessoas tem que ser de “dentro para fora”. Deve ser um trabalho de conscientização que deve envolver também economistas, políticos, sociólogos, religiosos e outros profissionais.

A gestão de uma empresa de economia solidária é feita de forma diferente da gestão capitalista. Na empresa capitalista as decisões de produção e distribuição são feitas pelo capitalista ou por aqueles que o representam. O lucro é de total domínio do capitalista que o usufrui de acordo com seus interesses. Já na empresa de economia solidária, as decisões são tomadas em conjunto, ou seja, há uma abertura à participação de todos sobre quanto produzir, o que produzir e como produzir (SINGER, 2000). Essas negociações são feitas de forma aberta diminuindo os conflitos dentro da empresa. O lucro também é distribuído de forma coletiva. Na empresa solidária todas as informações importantes estão disponíveis para os interessados, pois, tudo é feito de forma transparente para que todos possam opinar. Dessa forma, pode-se dizer que as decisões tomadas de forma solidária tendem a ser mais adequadas e certas do que as decisões capitalistas, porém isso tem um preço, tais como: as tomadas de decisões de modo solidário levam muito mais tempo do

que no modo capitalista, pois, deve-se ouvir todos os integrantes da empresa, negociar as diversas opiniões e chegar a um consenso. Decidir de forma coletiva requer mais tempo, mas, os resultados dessas decisões costumam ser apoiados por todos da empresa, diferentemente do que ocorre na empresa capitalista.

Evidentemente, podem ocorrer decisões que devam ser tomadas imediatamente, ou seja, que não possam esperar uma reunião onde coletivamente se possa decidir, porém essas situações são, em geral, de pequeno alcance. Normalmente é preferível que se gaste um tempo maior para a tomada de decisão do que se incorrer em um erro fatal para a gestão da empresa. Por outro lado existem algumas tomadas de decisões que, por sua urgência, não podem de maneira alguma passar por uma assembléia devido à necessidade da resolução imediata do problema como é, por exemplo, o caso de um incêndio.

Uma empresa solidária é constituída geralmente de ex-empregados que decidem lutar contra o processo explorador e excludente do capitalismo. Segundo Singer (2000) a economia solidária é uma opção não só econômica, mas, também político-ideológica:

Ela exige dos seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho. Por isso, seu nascimento requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e amparar tais empreendimentos), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONGS), etc (SINGER, 2000, p.21-22)

As empresas solidárias são também consideradas associações comunitárias , pois, quem se associa às mesmas não faz um contrato de trabalho, mas, faz com que seu destino individual se encontre com os de seus companheiros. Neste sentido, o empreendimento solidário começa antes mesmo da empresa começar a funcionar. Os sócios fazem cursos de aprendizagem profissional e procuram também se estruturar politicamente para então elaborar o estatuto da empresa. No início

do funcionamento da empresa, geralmente, os sócios não possuem uma experiência larga em gestão de empresas, mas vão adquirindo ao longo do tempo, a medida em que vão tendo conhecimento dos detalhes. Acontece que, diferentemente da empresa capitalista, essa experiência é gozada por todos os integrantes da empresa e não por um pequeno grupo de pessoas.

Pode ser importante a atuação de especialistas ou de assessores externos ou internos para o bom andamento da empresa solidária. Geralmente, essas empresas são criadas por trabalhadores de baixo nível escolar e, portanto, necessitam de um apoio técnico para tocá-las. Neste sentido as universidades e/ou profissionais de nível superior podem constituir uma ajuda de grande utilidade para o desenvolvimento da empresa de economia solidária.

Assim, como explica Singer (2000), devido à variedade das organizações que podem compor a economia solidária, afirma-se que este modo de produção pode se desenvolver em todos os tipos de atividades econômicas. Desconhece-se, até o presente momento, um tipo de produção e distribuição que não possa ser moldado de acordo com os alicerces da economia solidária.

Para que a economia solidária se desenvolva em uma região, estado ou país é preciso garantir bases de sustentação deste modelo que, em geral, são as suas fontes de financiamento, as redes de comercialização, as assessorias técnico-científicas, a formação continuada dos trabalhadores e o apoio institucional e legal por parte dos governos (SINGER,2000).

As empresas puramente capitalistas têm como base de sustentação outras empresas capitalistas tais como bancos, cadeias atacadistas e varejistas, entre outros. O que dificulta em alguns casos o bom andamento das empresas solidárias são que elas atuam em mercados dominados por empresas puramente capitalistas. Neste sentido, as empresas solidárias possuem muito pouco acesso ao crédito, à comercialização e a assessoria tecnológica. Fazendo-se necessária a construção de um setor de empresas e organizações que vivam sob os aspectos da economia

solidária para que essas possam manter-se, desenvolver-se e, unidas, possam entrar no mercado, concorrendo dignamente com empresas capitalistas. Assim, Singer (2000), enfatiza:

O que se percebe é que esses empreendimentos solidários em geral costumam se desenvolver sem o apoio necessário das autoridades governamentais. Entretanto, isso é preferível pois não tira a democracia interna e a autonomia externa das empresas de economia solidária, ou seja, estas possuem maior liberdade de produção e de negociações de seus produtos (SINGER, 2000, p. 23).

3.2 – O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil a economia solidária começou a aparecer na década de 1980, devido à crise de desemprego em massa ocorrido neste período, agravando-se ainda mais com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991 iniciou-se o apoio de assessores sindicais a operários que conseguiram se apossar de uma empresa falida, no qual, eles eram empregados, formando uma cooperativa de produção e salvando os postos de trabalho. Três anos mais tarde, várias empresas autogestionárias fundaram a Anteag – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária. (SINGER, 2000).

É importante ressaltar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que, com sua luta contra a exclusão, empenha-se em assentar milhares de famílias em terras expropriadas para a reforma agrária. Sua principal forma de atuação é organizar diversas famílias em acampamentos à beira das estradas do país, perto de propriedades improdutivas que, de acordo com a legislação adequada, podem ser expropriadas e redistribuídas. A viabilização econômica dos assentamentos parte de diferentes tipos de cooperativas.

Entre diversos movimentos de apoio a economia solidária, pode-se citar as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), pertencentes a universidades têm a finalidade de organizar a população mais pobre em cooperativas de produção ou trabalho, assegurando o apoio

administrativo, jurídico, ideológico, político. O ITCP está ligado hoje a pelo menos 14 universidades brasileiras e várias outras estão em processo de formação. Essas incubadoras se reúnem trimestralmente no sentido de trocar experiências e organizar atividades conjuntas. A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) é outra entidade que dá apoio ao desenvolvimento da economia solidária. a ADS mobiliza sindicatos para dar apoio aos empreendimentos solidários. Não se deve esquecer do apoio da Cáritas, instituição pertencente ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de tantos outros órgãos que contribuem para o desenvolvimento desta nova forma de ver a economia.

O grande problema é que a economia solidária ainda não é conhecida como uma alternativa viável para muitos dos que estão vivendo no desemprego. Acontece que boa parte dos trabalhadores sem emprego no país geralmente procura sobreviver informalmente, vendendo produtos ou serviços produzidos por eles mesmos ou pela família tendo como resultado um ganho econômico irrisório. Daí a importância de órgãos como o MST, as ITCP, a ADS, a Cáritas e muitos outros na promoção e divulgação deste modo de produção solidário. De forma que se torne uma prática cotidiana em todo o país. (SINGER, 2000)

Os meios de comunicação que são também de extrema importância para a divulgação da economia solidária, de forma esporádica incluem reportagens sobre cooperativas que conseguem gerar emprego e renda para uma determinada população. Isso é de extrema importância, pois os veículos de comunicação de massa tendem alcançar resultados em curto espaço de tempo. Geralmente após essas reportagens percebe-se uma presença maior de pessoas nas incubadoras universitárias ou em outros órgãos que apoiam a economia solidária. Neste sentido, os meios de comunicação podem ser preciosos parceiros no desenvolvimento do pensamento solidário.

A situações econômicas das diferentes cooperativas solidárias são geralmente bastante variadas devido às diferentes realidades de cada região. Contudo, algumas tendências podem ser

citadas como por exemplo a de que grande parte das cooperativas se sustentam e sobrevivem por anos apesar das dificuldades de base de sustentação. Ao mesmo tempo em que se verifica que a maioria dessas cooperativas depende bastante do apoio e do incentivo das organizações que as originaram. Observa-se, assim, a necessidade de fazer esforços para que as empresas de economia solidária possam se sustentar de forma recíproca, sem depender das organizações que as originaram. Neste sentido, foram feitos foros de economia solidária, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, em que o contato entre seus representantes se tornou mais intenso apesar de não conseguir quebrar o isolamento econômico das cooperativas. Aumenta a conscientização de que é preciso adquirir competência em empreendimentos e que essa competência se dá através de um processo de aprendizagem envolvendo os membros das cooperativas e as organizações de apoio. Dessa maneira, cursos e seminários de formação assumem um papel importante para o bom andamento das empresas solidárias. As universidades em parceria com o ITCP desempenham um papel de grande importância nesse processo. (SINGER, 2000)

As empresas de economia solidária vêm necessitando cada vez mais contar com a ajuda de profissionais especializados para aumentar a sua produtividade e a qualidade do seu trabalho. Em algumas universidades, como a Universidade de São Paulo (USP), profissionais recém-formados criam cooperativas de trabalho para assessorar as chamadas cooperativas populares.

Há alguns estudos que demonstram a capacidade que os integrantes das empresas de economia solidária possuem de suportar sacrifícios para gerar renda para a empresa. Isso explica a sustentação do negócio e até o crescimento de empresas administradas por pessoas que não possuem larga experiência em gestão, pois, os trabalhadores nas empresas de economia solidária passam a ser valorizados, promovendo, portanto, um resgate da cidadania. (SINGER, 2000).

As empresas de economia solidária resgatam nos seus associados valores que até então nunca tinham convivido em outras empresas. Trata-se da questão dos direitos iguais para todos, no

caráter coletivo que as decisões possuem, ou seja, as opiniões de todos são escutadas e colocadas para a análise de todos os membros. Consta-se uma liberdade de expressão que essas pessoas nunca tiveram numa empresa puramente capitalista, assegurando-lhes um orgulho de si mesmas por participarem intensamente de processos importantes da empresa. Assim, ocorre um resgate da auto-estima para aqueles que perderam a esperança em si mesmos.

O modo de produção solidário compreende, sem dúvida, uma revolução, pois, muda o relacionamento das pessoas integradas tanto nas empresas como com suas famílias, vizinhos, políticos, autoridades religiosas, intelectuais, etc. Essa revolução acontece em nível individual, pois, os indivíduos que participam deste processo de solidariedade são levados a mudarem seus conceitos sobre formas de produzir e de gerenciar pessoas. Há uma mudança sem dúvida em relação ao futuro, desta vez, olhando-o com mais esperança. O indivíduo passa a ter uma visão completamente diferente do outro, vendo que todos dentro da empresa são importantes e que se alguém não estiver bem, toda a empresa pode ser prejudicada por isso.

A economia solidária é também uma revolução social, pois, tem em seus aspectos a preocupação de promover uma melhor distribuição de renda, diminuindo as desigualdades entre as pessoas causadas pelo capitalismo e fomentando uma melhoria na qualidade de vida das pessoas associadas ao empreendimento.

O caráter revolucionário da economia solidária abre-lhe a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão. Para os desconhecem este caráter, as cooperativas são meros substitutos dos empregos com carteira assinada, que as recessões vem aniquilando. Se a retomada do crescimento fizer o número de empregados formais voltar a crescer, os que têm este ponto de vista esperam que as cooperativas deixem de ser necessárias e entrem num processo de definhamento. Há uma boa possibilidade, no entanto, de que estejam enganados. É muito comum cooperadores recusarem empregos porque, como costumam dizer, “já não agüentam mais trabalhar para patrão (SINGER, 2000, p.28).

A economia solidária, de acordo com seus propósitos, não tem como finalidade ser um processo passageiro, onde, voltando a uma melhoria das condições econômicas do país, as cooperativas tendem a desaparecer. Ao contrário, a mesma visa uma mudança permanente no processo de produção e distribuição, lutando contra o caráter individualista e autoritário que o capitalismo impregna nas pessoas. Ao mesmo tempo, mostra que o verdadeiro centro da empresa deve ser as pessoas que trabalham nela e não as mercadorias que elas produzem. A economia solidária mostra que é preciso desenvolver dentro de cada um espírito de fraternidade e não de competição. Os indivíduos devem abandonar o costume enraizado de acumular e procurar desenvolver dentro de si um costume de distribuir.

A seguir serão relatadas algumas experiências de economia solidária no Brasil com o intuito de ilustrar que o modo de produção solidário é uma alternativa real e sólida no País. Pelos exemplos, pode-se ver, ainda que a economia solidária aponta para um caminho de justiça econômica, social e política, comprovando que a participação, a solidariedade e a coletividade produzem frutos bons permanentemente para a sociedade.

3.3 - ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

3.3.1 - A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO COOPERATIVA

A gestão cooperativa é uma experiência vivida por trabalhadores de Porto Alegre, na década de 1980, numa empresa metalúrgica chamada *Wallig*. Essa empresa foi fundada e por volta de 1904 chegou a ser uma das maiores produtoras de fogão doméstico, lavanderias e cozinhas industriais do País. Na década de 1980 houve o declínio da *Wallig*, levando-a a falência. Nesse mesmo período, os trabalhadores conseguiram organizar-se sob forma de duas cooperativas e retomaram as atividades da empresa que estava falida.

De acordo com Holzmann (2000) no primeiro semestre de 1984, os trabalhadores da *Wallig* começaram a se mobilizar na tentativa de encontrar alguma solução que pudesse impedir a falência da metalúrgica, pois, seus empregos estavam em risco. Para tanto elegeram uma comissão de funcionários para dialogar com autoridades públicas e empresárias no sentido de encontrarem uma alternativa que impedisse o fechamento da empresa. Após uma série de conversas e alternativas, frustradas foi-se pensado em organizar as atividades da empresa em forma de cooperativa.

Por volta de julho de 1984, foi eleita a primeira direção das duas cooperativas, porém, a Justiça mandou fechar as portas e só então, após um mês com a autorização do juiz da Vara de Falências de Porto Alegre, ambas foram autorizadas para iniciarem suas atividades.

Era preciso então retomar a credibilidade da clientela, fazendo com que o prazo de entrega fosse respeitado e honrado de forma radical apesar da diminuição considerável do quadro, pois, alguns ex-empregados não aderiram à nova proposta. A antiga hierarquia da empresa foi abandonada, as chefias foram substituídas por coordenações, Percebendo-se uma cooperação entre todos. Isso ocorreu devido à nova condição das pessoas que deixaram de ser meros empregados, passando a agir e a trabalhar como verdadeiros donos da metalúrgica.

Outra mudança interessante na empresa foi a abolição do chamado relógio de ponto. Havia um horário de entrada e saída, porém eram tolerados alguns atrasos e antecipações na saída. O coordenador anotava os horários e posteriormente esses atrasos ou antecipações eram compensadas pelos mesmos trabalhadores. Isto acontecia sem nenhum aborrecimento, pois, os próprios colegas reivindicavam e o próprio empregado que estivesse nessa situação fazia questão de cumprir tais regras. Tudo isso por causa da nova visão que os trabalhadores tinham da empresa.

Outra característica de extrema importância foi o diálogo dentro da empresa, pois, freqüentemente, os coordenadores dialogavam com todos da empresa constituindo uma relação de amizade e confiança diferentemente da empresa capitalista. Os associados participavam de todas as

tomadas de decisões, não como uma obrigação, mas, de livre e espontânea vontade, apoiando, protestando e sugerindo idéias que pudessem ser expostas.

Evidentemente, segundo ressalta Holzmann (2000) algumas práticas de empresa capitalista ainda foram mantidas. Uma delas é a relação com os acidentes no trabalho. Não houve nenhuma iniciativa por parte dos associados na questão de prevenção de acidentes. Tinha-se aquela visão de que acidentes ocorrem até dentro de casa e que cada um deveria cuidar de si e ser o mais cuidadoso possível para evitar acidentes. Ora, esses associados não tomaram conta de que poderiam como donos da empresa colocar esses problemas em discussão e através da conversa com todos encontrar a melhor maneira de solucioná-los.

Em dezembro de 1991, o dono da empresa *Wallig* conseguiu reaver na Justiça a posse dos prédios e dos equipamentos que estavam com as duas cooperativas, fazendo com que ambas tomassem trajetórias distintas. A Cooperativa Industrial Mecânica Ltda (Coomec) instalou-se no Distrito Industrial de Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre, produzindo aquecedores e acumuladores de água com equipamentos que havia adquirido, enquanto a Cooperativa Industrial de Fundidos Ltda (Coofund), por uma série de fatores foi levada à liquidação.

3.3.2 - A EXPERIÊNCIA DA ANTEAG

Entre as diversas instituições de economia solidária não se poderia deixar de falar sobre a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). Essa instituição nasceu na década de 1990 como o objetivo principal de combater o desemprego daquele período. Constituída por volta de 1994 a organização congrega associações e cooperativas de trabalhadores de empresas de autogestão.

De modo geral, a origem das empresas autogestionárias e da própria Anteag é explicada a partir da capacidade dos trabalhadores de reagirem aos processos de exclusão engendrados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo (SINGER, 1998), mas especificamente à diminuição dos postos de trabalho e ao fechamento de empresas em função do processo de reestruturação produtiva (PEIXOTO & LOPES, s/d) e de problemas de incompetência administrativa. (NAKANO, 2000, p.65)

O início da ANTEAG está relacionado com os trabalhadores de uma empresa de calçados de Franca, interior de São Paulo, a Markerli. Em 1991, os trabalhadores decidiram assumir a sua direção devido ao encerramento das atividades produtivas. No mesmo ano, o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Franca, da CUT, com o apoio da Dieese desenvolveram um projeto de autogestão. Desta forma, com o apoio técnico da Dieese, a empresa continuou operando marcando, assim, a gênese da ANTEAG, a qual, teve como finalidade orientar e facilitar as coordenações dos projetos de autogestão.

Os projetos precisavam ser coordenados porque, mesmo que inicialmente pressionados pelo desemprego, quando os trabalhadores assumiam as empresas tinham de enfrentar inúmeras questões, novas para eles, dentre elas aquelas relativas ao mercado e à comercialização dos produtos, ao acesso a crédito e controle orçamentário da empresa, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. Se por um lado, as relações de solidariedade entre trabalhadores, o apoio de alguns sindicatos às suas iniciativas, eram fundamentais, por outro, não eram suficientes. Havia a necessidade de articular pessoas e instituições, democratizar informações, criara um espaço para o debate e produção de alternativas. Enfim, havia a necessidade de uma entidade que assumisse esses papéis. Era o começo da Anteag. (NAKANO, 2000, p.68).

É importante ressaltar que apesar do sindicato obter um papel decisivo no desenvolvimento da ANTEAG, algumas pessoas ligadas a ele eram firmemente contra qualquer tipo de desenvolvimento de empresas autogestionárias. A CUT só passou a agir de forma ativa a partir de 1999, cinco anos depois do nascimento da ANTEAG. A proposta de desenvolver um processo educacional nos trabalhadores tornou-se algo de grande importância, não só para a empresa de autogestão que deveria ser gerida por pessoas mais bem capacitadas, mas, também para o

trabalhador, pois, a educação deveria prepará-lo melhor para enfrentar os problemas do desemprego. Atualmente, a ANTEAG desenvolve dois projetos de educação, sendo um voltado para os dirigentes das empresas e outro para os associados. O projeto de educação para os dirigentes tem como objetivo prepará-los administrativamente, ou seja, capacitá-los para se tornarem melhores gestores. O projeto para os associados foi denominado de “bolsas autogestionárias”, em que são discutidos temas como “viabilidade econômico-financeira”, “a fábrica sem patrão”, “diferenças entre pensar e fazer” e outros que levem os trabalhadores a compreender o espírito da autogestão e o seu papel neste processo.

Assim, a ANTEAG mostra que há muitas formas de agir no mundo para alcançar cada vez mais uma equidade de relacionamentos. Isso faz com que os sindicatos, empresas e trabalhadores despertem para uma nova realidade e não fiquem somente nos campos tradicionais. (NAKANO, 2000)

3.3.3 - A EXPERIÊNCIA DAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE COOPERATIVAS POPULARES

O papel das universidades brasileiras no desenvolvimento da auto-gestão vem sendo crescente e diversas experiências podem ser mencionadas. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), da Universidade de São Paulo (USP) é uma das experiências mais enriquecedoras nesse sentido

O ITCP nasceu em 1998, com o apoio da ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que foi a primeira a ser criada. O seu objetivo consiste em formar uma rede de incubadoras em todo o País e já existem as da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Rural de Pernambuco e Universidade Estadual da Bahia, entre outras. Segundo Singer (2000), atualmente já existem 14 ITCP's espalhadas pelo Brasil, assumindo um papel decisivo no combate à pobreza e à exclusão social.

A partir de 1997 , a Universidade de São Paulo passou a se interessar pela economia solidária. O Centro Acadêmico Visconde de Cairu, da faculdade de economia e administração da USP, com a ajuda do professor Paul Singer iniciaram grupos de estudos sobre economia solidária. A partir de 1998 esses estudos foram abertos para alunos de outras faculdades como Letras, Ciências Sociais e outras.

Nesse mesmo período, outros alunos da USP pediram assessoria ao professor Singer para a formação de cooperativas em Vila Brasilândia, ligados também a diocese. Pouco tempo depois, foi formado por esses mesmos alunos o Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária (NAPES). Surgiu, portanto no meio acadêmico uma preocupação com o desemprego e a exclusão social, que não era somente de professores, mas, como foi mencionado também, dos alunos.

...a USP criou sua incubadora e me convidou a assumir a função de coordenador acadêmico. Tendo aceito, passamos a organizar o quadro da ITCP, que deveria ser formado por professores, funcionários e alunos de graduação e de pós-graduação de todos os departamentos da universidade. A incubação de cooperativas seria, de um lado, um trabalho educativo de pessoas marginalizadas e empobrecidas; de outro, um apoio constante à atividade econômica das cooperativas, de caráter tecnológico, mercadológico, gerencial, financeiro e jurídico. Como o espectro de atividades produtivas que seriam desenvolvidas pelas cooperativas não era previsível, era lógico recrutar pessoas de todas as áreas da universidade. (SINGER, 2000, p.127).

Sem muito esforço foram conseguidos diversos profissionais e acadêmicos das mais variadas formações para integrar o quadro inicial da ITCP. Neste sentido, foi organizado um seminário para que as pessoas pudessem ter uma melhor noção das atividades da incubadora.

A Incubadora da USP, sob a coordenação da professora Sônia Krupa, adotou uma estratégia própria de educação baseada nas idéias de Paulo Freire e na metodologia de Clodimir de Moraes. Tal equipe se reunia duas vezes por semana, à noite, na Igreja de São Patrício, para dar cursos de cooperativismo e uma terceira vez na semana para avaliar a semana e programar as outras.

Formou-se, assim a primeira cooperativa incubada pela ITCP/USP, que se chama Cooperativa Força da Lua Brilhante (Cooperbilha). Seus membros têm habilidades para prestar diversos tipos de serviços, mas resolveram aproveitar a

oportunidade dum contrato de conservação dos jardins e áreas externas da Escola Politécnica (SINGER, 2000, p.128).

É preciso reforçar a importância da contribuição do professor Singer no desenvolvimento da economia solidária na Universidade de São Paulo. Este professor organizou uma série de seminários visando uma melhor preparação das Incubadoras e lançou no ano de 1999 uma cadeira sobre economia solidária para alunos de pós-graduação em economia. Assim, a Incubadora da Universidade de São Paulo, apesar de seus poucos anos de existência, comprova que a economia solidária não é uma utopia e, sim, uma alternativa válida e possível para qualquer ramo de atividade econômica. Basta que os agentes fomentadores deste novo pensar se organizem de forma que a “idéia” possa ser concretizada.

Em 1999, formou-se o primeiro Fórum de Economia Solidária de São Paulo por uma iniciativa da ITCP/USP e do NAPES. Com a participação da ANTEAG, do MST, da CUT, tendo como principal objetivo a criação de um mercado cooperativo no Estado devido às dificuldades de vender a produção que as cooperativas possuem num mercado capitalista. A ação feita de forma conjunta aliviaria tal problema.

3.3.4 - A EXPERIÊNCIA DO CLUBE DE TROCAS DE SÃO PAULO

O Clube de Trocas de São Paulo foi criado em 1998, tornando-se uma forma muito interessante de economia solidária, pois, traz de volta uma atividade social bastante comum antes do aparecimento da moeda como meio de troca, consistindo na troca direta de produtos, serviços e até saberes de uma forma extremamente solidária. O Clube de Trocas é formado por pessoas que já possuem afinidades e estão buscando uma melhor forma de adquirir qualidade de vida. Só que essa busca não é individual. Os integrantes devem se ocupar uns com os outros de forma que essa melhoria seja coletiva. Desse modo, é promovida a auto-ajuda entre indivíduos.

Nesse Clube de Trocas são criados espaços denominadas feiras de trocas, no qual, as pessoas que são chamadas de sócias negociam seus produtos, serviços e saberes. Desta forma é alugado um espaço para colocar mesas onde as mercadorias vão ser expostas. De acordo com Castro (2000) geralmente os produtos negociados na feira são ovos, farinha de trigo, salsinha, cheiro-verde, alface, cenoura, feijão, macarrão, doces, roupas em geral, materiais de limpeza, serviços de profissionais com professores, marceneiros, engenheiros, economistas, contadores, auditores fiscais e muitos outros. O interessante é que não ocorre circulação de dinheiro na feira. A economia da feira é baseada em bônus e não em moeda. Se esses bônus fossem transformados em reais, acredita-se que gira em torno de sessenta mil reais por mês no clube das trocas. Direta e indiretamente giram em torno deste trabalho aproximadamente 500 pessoas.

O “recrutamento” de novos sócios é feito a partir de palestras feitas nas feiras, em que se é explicado o objetivo do clube, ressaltando a importância da coletividade e a liberdade de sair da feira se não estiver satisfeito. Porém, o Clube de Trocas também possui várias dificuldades de manutenção como é próprio característico das experiências de economia solidária. Entre elas, pode-se destacar a cultura que o povo brasileiro herdou de seus exploradores. Neste sentido, alguns querem sempre levar vantagem nas negociações comprometendo significativamente a igualdade e a solidariedade entre os sócios. Assim, são importantes as palestras e a divulgação desse novo pensar para os sócios no sentido de tentar minimizar tais problemas. (CASTRO, 2000).

Os principais objetivos para obter um bom desenvolvimento do Clube de Trocas consistem em fazer uma boa divulgação do Clube e ter uma diversidade de produtos de forma que as trocas sejam feitas satisfatoriamente. A formação desses Clubes deve ser feita de acordo com a realidade de cada região. Não há uma experiência modelo. Cada região tem suas potencialidades que devem ser exploradas. Entretanto, de acordo com Castro (2000), os passos gerais para a criação de um Clube são:

- 1- explicar o que o Clube de Trocas para evitar problemas futuros;
- 2- ver quais são as pessoas que podem ajudar direta ou indiretamente no projeto; e
- 3- relacionar os produtos, serviços e saberes para a primeira feira.

No Clube das Trocas foi elaborado um “classificados” de forma que este material era deixado nas casas de pessoas que nem ainda eram sócios e que se tornavam mediante o conhecimento dos produtos e da possibilidade da troca. O resultado obtido foi uma maior interação entre pessoas da mesma comunidade, no qual, se conheciam, mas, não fazia idéia das habilidades que o outro possuía. O Clube das Trocas age de forma que une mais as pessoas, mais ainda, cria afinidades tornando-as mais solidárias umas com as outras.

Um das dicas para a realização da primeira feira é que se tenha em mente a seguinte questão: “O que você vai levar na Feira de Trocas?”. Assim, se tem uma idéia dos produtos que vão ser oferecidos, principalmente, para se observar se as mercadorias não se repetem, comprometendo a diversidade da feira. Esta dica é de grande importância, pois, produtos iguais não vão ser trocados. Por isso, se ocorrer repetições demasiadas os sócios são chamados a trocar de produto de forma que possibilite o fluxo das trocas.

Cada feira possui um coordenador que tem a responsabilidade de abrir e fechar as feiras; nomear auxiliares para confecção, registro e distribuição dos bônus aos novos sócios; conseguir a arrecadação do bônus, para cobrir despesa com o Clube; receber novos sócios, promovendo uma palestra para esclarecer os objetivos do Clube; ter a consciência de que ele não é o dono do clube e, sim, um conciliador, ouvindo os problemas e discutindo soluções e por fim ter em mãos sempre de forma atualizada um controle dos bônus distribuídos para os sócios e das receitas e despesa do Clube, estando este relatório sempre disponível para todos os sócios.

Sabendo que a comunicação é essencial para o bom andamento do negócio, foi criado um jornal chamado *Jornal do Clube de Trocas*, no qual, estão informações e decisões sobre o Clube. No

jornal também estão propagandas de futuras feiras. Com esse jornal pretende-se deixar os sócios atualizados mesmo se o mesmo não for para a feira.

É importante ressaltar que este informativo não vai somente para os sócios, ele também vai para pessoas da comunidade e que podem se tornar futuros sócios.

Esta experiência de trocas não é algo que acontece somente no Brasil. Há a chamada Rede Global de Trocas (RGT) que conta com vários países, entre eles, a Argentina, A Bélgica, A França, a Holanda e outros.

Esta experiência é positiva, tirando do centro da questão a moeda, ou seja, mesmo aqueles que não a possuem podem participar da troca colocando a disposição da comunidade seus talentos e produtos para serem trocados de acordo com suas necessidades.

Assim, pode-se concluir que nesse tipo de economia, o dinheiro não é a fórmula essencial para resolver os problemas de uma comunidade, pois, mais importantes são a solidariedade e a coletividade. A solidariedade é capaz de promover uma mudança permanente nas vidas das pessoas. O dinheiro pode ser gasto ou roubado, a solidariedade quando experimentada verdadeiramente, permanece.

3.3.5 – A EXPERIÊNCIA DO SEAPAC/RN

O Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC/RN) nasceu em 1993 e é uma organização ligada a Igreja Católica de Natal. Tal organização procura desenvolver projetos de geração de emprego e renda, principalmente, no meio rural do Rio Grande do Norte. Segundo o coordenador do SEAPAC/RN, o diácono Francisco Teixeira, a organização tem em torno de 74 projetos de geração de emprego e renda atuando em 22 municípios do Estado. Os projetos desse tipo de economia solidária abrange diversos ramos de atividade como a produção

industrial, a pecuária, agricultura, etc. Os recursos obtidos para a efetivação dos projetos são de origem privada e pública.

Uma experiência bastante relevante é a da comunidade Cachoeira, no município de Parelhas. Em 1996 foi desenvolvida uma associação de cerâmicas comunitárias com o apoio do SEAPAC/RN. Essa novidade mudou as relações de trabalho no município e proporcionou uma melhoria de vida na comunidade. Essa experiência foi experimentada em outras comunidades como a de Sussuarana, também em Parelhas e em Malhada da Areia, no município de Jardim do Seridó. Essas experiências podem acarretar elevação na arrecadação do Município e do Estado, uma vez que essas associações cumprem rigorosamente seus compromissos fiscais. (CERÂMICAS COMUNITÁRIAS, 2002).

3.3.6 - A ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE

Uma outra importante experiência em termos de economia solidária que ocorre no Brasil, é a chamada Economia de Comunhão na Liberdade (EdC). A análise desse tipo de economia é objeto do presente estudo, sendo, portanto, detalhado a seguir.

A Economia de Comunhão, quando é explicada, parece algo difícil de ser praticado, porém, quando se conhece as experiências existentes, constata-se uma possibilidade de resultados excelentes, o que pode motivar o envolvimento de qualquer pessoa no seu aprofundamento. Desse modo, em seguida, será apresentada a base de sustentação desse projeto, que é o movimento católico Focolares, em que se mostra a sua origem, a sua evolução e os resultados mais recentes.

4 – ANÁLISE DO PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO

4.1 – A ORIGEM DO PROJETO: O MOVIMENTO CATÓLICO FOCOLARES

Para a compreensão maior do espírito do projeto Economia de Comunhão na Liberdade, é preciso tecer alguns comentários sobre o movimento onde esta experiência nasceu. Trata-se do movimento católico Focolares ou também chamada Obra de Maria. Este movimento teve seu início em 1943, na cidade de Trento, Itália e foi iniciado por uma jovem leiga italiana chamada Chiara Lubich, em plena Segunda Guerra Mundial. Na cidade de Trento, até então totalmente arrasada pela guerra, surge uma experiência inovadora e de ver o mundo através da fé. Inovadora porque foi uma experiência primeiramente vivida e divulgada por uma leiga e porque trazia uma mensagem ecumênica. Era uma mensagem de Amor total: amor aos católicos, aos protestantes, aos não-cristãos, aos ateus. O movimento de Chiara pretendia quebrar todas as barreiras e divulgar a mensagem do Evangelho a todos. O movimento católico Focolares pretendia viver e divulgar uma espiritualidade da Unidade, ou seja, uma espiritualidade que pudesse ser vivida por todos. Essa espiritualidade coletiva gerou uma série de bons frutos como o diálogo entre as diversas religiões e ateus, um novo modo de pensar da humanidade, entre outros. (O MOVIMENTO DOS FOCOLARES, 2002).

Chiara Lubich nasceu em 1920 tendo como nome de batismo Sílvia, depois mudando para Chiara inspirada na vida de Santa Clara de Assis. Filha de pais pobres sua vida sempre foi repleta de dificuldades. Em 1938, recebeu o diploma de professora primária, mas, desde a adolescência ensinava para custear seus estudos. Começou a cursar a faculdade de Filosofia, porém, com a Segunda Guerra Mundial seus estudos foram interrompidos. Em 1943, atendendo um chamado de Deus, resolve abandonar tudo e redescobrir esse Deus-Amor como ela mesma denomina. Em 1944 sua casa é bombardeada e seus familiares são refugiados nas montanhas próximas da cidade. Ela

decide continuar em Trento e ajudar os que não tinham ninguém por eles. Assim, começa os primeiros passos de uma cultura da partilha que Chiara e suas companheiras experimentaram. (ALGUNS DADOS HISTÓRICOS, 2002). Essa cultura está diretamente ligada com as bases que sustentam a Economia de Comunhão. Assim diz Chiara na revista cidade nova (2001):

(...) Às vezes, pode-se ter depositado uma confiança excessiva na expressão “cultura da partilha, dando-lhe uma interpretação um pouco simplista e redutiva. Com efeito, nem sempre ela significa despojar-se de algo para doá-lo. Na realidade, essas palavras exprimem aquela típica cultura que o nosso Movimento traz de si e irradia no mundo: a cultura do amor. (...)A cultura do amor, daquele amor evangélico tão profundo e exigente, que é a palavra-síntese de toda Lei e dos Profetas, por conseguinte de toda a Escritura, de forma que, quem quiser possuir esse amor, não poderá de eximir-se de viver o Evangelho inteiro”. (LUBICH, 2001, p.20).

Atualmente acredita-se que existem em torno de 120 mil membros do movimento Focolares em 182 países e cerca de 2,5 milhões de simpatizantes por todo o mundo. Os simpatizantes são aqueles que não pertencem ao movimento,mas, lutam juntamente com ele por um mundo diferente e mais humano. No Brasil são em torno de 15.000 membros e em torno de 284.000 simpatizantes. A sede central é em Roma, na Itália. (O MOVIMENTO DOS FOCOLARES, 2002)

O diálogo entre as religiões também é um traço fundamental do movimento. No Focolares existem pessoas das mais diversas crenças e convicções. Há judeus, muçulmanos, budistas, hinduístas, ortodoxos e muitos outros que resolveram viver essa cultura da partilha e da unidade. Há também pessoas sem convicção religiosa, os chamados ateus, que lutam juntamente com o movimento por um mundo de mais solidariedade, justiça e paz.

O movimento possui várias ramificações, entre elas, tem-se: as “Famílias Novas” atuando diretamente nas famílias; a “Humanidade Nova” com um caráter mais social; o “Movimento Paroquial” com o objetivo de atingir a base eclesial; os “Jovens por um Mundo Unido” para jovens e adultos e o “Movimento Juvenil pela Unidade” para os adolescentes. Os que resolvem abandonar tudo e viver somente pelo movimento são chamados de Focolarinos e vivem numa

comunidade chamada Mariápolis. As Mariápolis são cidades-modelo, onde os Focolarinos experimentam de forma profunda o carisma da unidade. (O MOVIMENTO DOS FOCOLARES, 2002).

A primeira Mariápolis fundada foi a da cidade de Loppiano, perto de Florença, na Itália, em 1965. O principal objetivo da construção dessas cidades é desenvolver nelas uma comunhão de todas as espécies. Nelas são colocados em comum os talentos, a riqueza material ou cultural. São pessoas das mais diversas formações e idades unidas e comprometidas com os ideais do movimento.

No Brasil, os Focolares iniciaram seus trabalhos por volta de 1958, onde, no ano seguinte dois centros de formação foram abertos em Recife e logo o movimento se espalhou por todo o País. Atualmente no Brasil se tem em torno de 55 bases do movimento, onde estão presentes em quase todas as capitais Brasileiras. A sede do movimento no Brasil é em São Paulo na cidade-modelo Mariápolis Araceli (hoje Mariápolis Ginetta), na região de Vargem Grande Paulista. Há ainda outras duas Mariápolis no País, a Mariápolis Glória, no Pará e a Mariápolis Igarassu, em Pernambuco. (CALLIARI, 2000).

Os Focolares possuem uma estreita ligação com o social. Frequentemente o movimento se reúne para discutir assuntos ligados à área social com o intuito de fazer brotar novas idéias para tentar minimizar tais questões. Dentro do movimento existem pessoas das mais diversas profissões e estes colocam suas capacidades intelectuais a serviço da organização e de todos, afinal, o objetivo principal dos Focolares é divulgar a partilha em todas as suas dimensões. Com isso, sociólogos, economistas, empresários e muitos outros discutem questões e apresentam idéias para solução de problemas mundiais e locais. Os Focolares estão inseridos em todos os campos da sociedade, existem até grupos artístico-musicais como o grupo Gen Verde, e Gen Rosso, espalhando a cultura do amor no meio musical. (O MOVIMENTO DOS FOCOLARES, 2002).

No campo econômico o grande projeto deste movimento é sem dúvida a Economia de Comunhão na Liberdade. Um projeto desafiador mediante a realidade econômica do Brasil e do mundo.

4.2 - O PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE

O projeto Economia de Comunhão na Liberdade foi amadurecido e idealizado no coração da fundadora do movimento focolares, Chiara Lubich e o seu ponto de partida, ou seja, o lugar onde essa nova forma de ver a economia, foi exatamente o Brasil. O projeto foi lançado em maio de 1991 na sede do Movimento no Brasil, em São Paulo. Compreende-se que este projeto tenha nascido justamente no Brasil devido às desigualdades que este País possui. O Brasil sofre imensamente de uma desigualdade social tendo muito poucos ricos e milhares ou até milhões de pessoas muito pobres. Chiara Lubich enquanto atravessando a cidade de São Paulo para chegar na comunidade do movimento foi vendo, de um lado, prédios imensos e luxuosos e do outro um subúrbio e uma pobreza alarmante. Isso fez com que ela pensasse em como o movimento poderia ajudar para minimizar e quem sabe extinguir essa desigualdade no Brasil e no mundo. Chiara, citada por Quartana (1992), afirma:

Aqui existe carência sobretudo de amor verdadeiro e autêntico, especialmente se pensarmos na “coroa e espinhos” (como o cardeal de São Paulo, D. Evaristo Arns, fala do cinturão de pobreza e miséria da periferia), coroa que circunda a cidade repleta de arranha-céus. É o grande problema destas terras em via de desenvolvimento, um dos maiores problemas de nosso Planeta, pelo qual nós poderemos fazer muito pouco. Mas, Deus Pai pode cuidar da solução. E também pela nossa fé de filhos seus (...) Em 1900 São Paulo era uma cidade pequena. Agora é uma Floresta de arranha-céus. É grande o poder do capital nas mãos de alguns e tamanha é a exploração dos outros. E pergunto: mas por que este poderio todo não se orienta para a solução dos imensos problemas do Brasil? Porque falta amor ao irmão; o que domina é o interesse, o egoísmo (...) Que caricatura é mundo sem Jesus! (QUARTANA,, 1992, p. 15).

O carisma do movimento Focolares é um carisma que possui muitas finalidades e sem dúvida deve conduzir para a solução de problemas sociais. A comunhão dos bens, uma ação totalmente divulgada e experimentada pelos membros do movimento pode ser uma resposta a muitos problemas que a sociedade atravessa.

A idéia do projeto Economia de Comunhão, denominado antes de “Projeto Brasil”, era ajudar os membros e simpatizantes do movimento que estavam em necessidades. Neste sentido Chiara propôs a idéia de formar pessoas com uma capacidade gerencial que pudessem gerir empresas, no qual, gerariam impostos para a região e o lucro seria partilhado em três partes: uma voltaria para a empresa na forma de reinvestimento, outra seria para a formação de “homens-novos”, e última para ajudar os necessitados. (CALLIARI, 2000). A primeira parte é altamente necessária para a manutenção da empresa que vive no sistema capitalista e que precisa de recursos para operar, portanto, o reinvestimento se destina a compra de matérias-primas e para manter um capital de giro que possa atender as necessidades imprevistas da unidade produtiva. A segunda parte, a formação de “homens-novos” compreende a formação de pessoas que possam ter esse carisma da unidade do movimento Focolares, ou seja, essa parte do lucro serve para a divulgação do projeto Economia de Comunhão, de forma que o movimento possa ter cada vez mais adeptos dessa nova forma de pensar a economia e a sociedade. Trata-se de desenvolver e espalhar por todo o mundo a chamada “cultura da partilha”. A terceira parte consiste na preocupação que o projeto tem com os marginalizados pela sociedade, ou seja, aqueles que não possuem vida digna e que, algumas vezes, já perderam a esperança. Dessa forma, na empresa de Economia de Comunhão, os dirigentes e os funcionários conversam e escolhem uma comunidade pobre para então ajudar seus integrantes em suas necessidades. Essa é a parte principal do projeto, pois, ao longo desses dez anos de economia de comunhão milhares de pessoas foram ajudadas. É preciso ressaltar que a ajuda aos mais necessitados não precisa ser necessariamente financeira. O movimento não tem o objetivo de

fazer somente filantropia. É algo que vai além disso. A proposta é fazer renascer nessas pessoas uma autoconfiança, uma solidariedade e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida. Nesse caso, a ajuda pode ser através de cursos de alfabetização, multirão de casas, fazer despertar na comunidade carente uma atividade econômica que possa suprir as necessidades dos mesmos, enfim, não se trata de um assistencialismo e, sim, de mostrar para essas pessoas que elas são capazes por si mesmas de superarem as suas dificuldades. (BRUNI, 2000)

O surgimento dessas empresas de Economia de Comunhão pode ser positivo para todas as camadas da sociedade. Para os pobres, o projeto é importante porque traz de volta valores esquecidos que precisam ser retomados. Para os donos das empresas e trabalhadores, observa-se que quando o projeto é apresentado e experimentado, a vida da empresa geralmente toma outro rumo como veremos mais adiante a respeito das experiências de algumas empresas no Brasil. Percebe-se uma melhoria no relacionamento entre dirigentes e trabalhadores, também há uma melhora significativa na produção, pois, os trabalhadores se empenham de forma que possam alcançar bons resultados e então partilha-los com os necessitados. Esse projeto também é importante para o Governo, pois, uma das prioridades das empresas de economia de comunhão é o pagamento fiel aos impostos para que o Governo tenha mais recursos e que possa colocá-los à disposição da sociedade através de políticas públicas. Nas empresas de Economia de Comunhão a desonestidade é algo que deve ser banido e combatido do meio empresarial. Os empresários de Economia de Comunhão fazem questão que todos os impostos sejam pagos para que possam cobrar dos governos Federais, Estaduais e Municipais, políticas que minimizem tais desigualdades sociais constatadas. (LUBICH, 2000)

Um outro traço marcante nas empresas de Economia de Comunhão é o tratamento que essas empresas tem com seus concorrentes. Trata-se de um relacionamento de amor e comunhão. Parece uma utopia, mas, quando vemos na realidade isso é possível. Não há uma preocupação em tomar o

mercado dos concorrentes ou lançar produtos que possam prejudicar o andamento das outras empresas que estão no mesmo ramo de atividade. Pelo contrário, a Economia de Comunhão é a economia da partilha. Procura-se ter um bom relacionamento de forma que as várias empresas possam manter-se num espírito de amizade e harmonia. (LUBICH, 2000). Por outro lado, isso não significa que essa falta de preocupação com a concorrência comprometa a qualidade dos produtos e serviços das empresas de Economia de Comunhão, pelo contrário, há um trabalho de qualidade que é levado a sério nessas empresas. Muitas delas exportam seus produtos e já possuem destaque no meio empresarial devido à qualidade de seus produtos. (FERRUCCI, 1992)

Nas empresas de Economia de Comunhão desenvolve-se uma cultura de maximização das relações sociais e não maximização do lucro como nas empresas puramente capitalistas. O centro da empresa deve ser o “homem” , portanto, o objetivo de abrir empresas com o espírito de comunhão é exatamente fazer desenvolver-se naquele local e em outros uma relação entre as pessoas de forma que possa nascer entre elas uma fraternidade. Não se trabalha para somente se ter a obtenção do lucro ou o salário. O objetivo maior é mudar a mentalidade dos indivíduos que trabalham e fazer crescer entre todos, dirigentes e operários, uma comunhão em todas as dimensões.(FERRUCCI, 1992)

A visão religiosa também é um traço marcante desse projeto. A Economia de Comunhão é também antes de tudo um projeto religioso. Essa visão religiosa é a que dá os indivíduos uma certeza de que seus empreendimentos podem dar certo, principalmente, entre os dirigentes das empresas, onde estes se vêem freqüentemente acreditando na Providência Divina para a resolução de alguns problemas. Isso é dito porque em algumas empresas os dirigentes se deparam com problemas como falta de pagamento ou encomendas inesperadas e a princípio não possuem alternativas para solucioná-las e o interessante é que no final de tudo os problemas são resolvidos

atribuindo-se a isso a presença de Deus na empresa. Tudo isso gera um ambiente de otimismo dentro da unidade produtiva.(LUBICH, 2000)

Segundo Bruni (2000), a Economia de Comunhão faz nascer na Ciência Econômica novas categorias que diferem de outras categorias dentro da Ciência. Uma delas é a categoria comunhão:

A categoria comunhão apresenta-se, portanto, como algo diferente da troca de equivalentes (de mercado). A doação, a reciprocidade e a solidariedade emergem, neste contexto, como categorias explicativas da Economia de Comunhão e, ao mesmo tempo, fornecem um paradigma de referência também para o mais amplo movimento da economia civil. (BRUNI, 2000, p.53-54).

Os lucros das empresas de Economia de Comunhão devem ser repartidos de acordo com a realidade de cada empresa. Não se trata de repartição em três partes iguais. A distribuição desses lucros deve seguir uma seqüência lógica. Se em um determinado mês a empresa precisar de um investimento adicional que promova melhorias na produção, este investimento será feito e, conseqüentemente levará uma parte maior dos lucros. Da mesma forma pode acontecer com as outras duas partes, se houver necessidade de se alocar uma parte maior para a ajuda aos necessitados ou para a formação deste novo modo de pensar, isso será feito. Há uma liberdade na distribuição que deve ser feita em comum acordo entre dirigentes e empregados.

Para que uma empresa seja considerada como uma empresa de Economia de Comunhão não necessita que obrigatoriamente ela tenha lucro para então partilhá-lo. Não se trata disso. Se uma empresa desenvolve um espírito de solidariedade entre os empregados e dirigentes, se há uma relação de amor com os concorrentes, se a empresa paga fielmente seus impostos cumprindo com seu dever dentro da sociedade, mas, que por algum motivo, ainda não opera lucros, isso não vai fazer com que esta não esteja moldada nos alicerces da comunhão. O lucro vai ser uma conseqüência de todas as relações acima citadas, de forma que, quando esses surgirem, poderão ser partilhados de acordo com as partes propostas pelo projeto e pelas condições da empresa.

Schumpeter, citado por Bruni (2000) afirma que o lucro de uma empresa nasce de uma inovação. Neste caso, a categoria comunhão compreende essa inovação que faz com que as empresas ligadas ao projeto dêem lucros. A “mais valia” das empresas que operam no regime de Economia de Comunhão é a qualidade nas relações interpessoais. Neste sentido, é preciso atentar para o perigo de que com o passar do tempo, as empresas percam esse carisma inicial. Se elas continuarem tendo lucros e esses continuarem sendo repartidos conforme as três finalidades, mas, a relação entre os indivíduos que trabalham na empresa perder sua característica de solidariedade e fraternidade, então, o carisma inicial foi mudado e essa empresa não pode mais ser considerada como uma empresa de Economia de Comunhão. Essa empresa modificou sua inovação inicial e passou a ter outras inovações diferentes do carisma do projeto. É preciso, portanto, que os agentes fomentadores deste novo modo de pensar estejam sempre vigilantes de forma que possam manter na empresa essa categoria de comunhão presente na vida dos empregados e dirigentes. (BRUNI, 2000)

Outra inovação importante que a Economia de Comunhão desenvolve dentro da economia é a questão da ética nas relações. Na economia vigente os indivíduos são levados sempre a maximizar seus interesses individuais, a se preocupar somente em satisfazer suas necessidades e ter uma atitude altamente individualista. A Economia de Comunhão procura colocar uma ética nas relações de produção, distribuição e consumo. Ao invés de querer sempre levar vantagem nas relações e ver nisso uma forma de satisfazer-se, os indivíduos são levados a pensar de forma coletiva e a agir com uma postura ética em relação ao outro. Essa conscientização, porém, é de longo prazo, pois, estas pessoas estão muito enraizadas com uma “cultura do ter”. É preciso um tempo considerável para que as pessoas possam digerir de forma plena esse novo modo de pensar. A Economia de Comunhão, ao longo desses dez anos tem tido bastante êxito e também grandes dificuldades.

Mas, se quisermos enfrentar com mais profundidade esse questão, devemos lançar o olhar para além da análise econômica, e aportar na antropologia, ou seja, na visão do homem (...) Se, ao contrário, acreditarmos - e eu creio firmemente nisso - que o ser humano se realiza somente no contexto de relações humanamente

ricas, por meio das quais busca um sentido para o que faz, então devemos deduzir que oferecer ate mesmo aos empresários e ao mundo da empresa e caminho de comunhão, inclusive na prática econômica, significa dar e eles um caminho de maior felicidade, de maior realização no plano humano. (BRUNI, 2000, p. 57).

Por todos esses motivos a Economia de Comunhão se apresenta como uma alternativa viável e sólida na luta contras as desigualdades que o capitalismo causa. Devido a esse projeto que está presente em diversos países, a idealizadora, Chiara Lubich foi premiada com os mais diversos títulos nas mais diferentes universidades e instituições do mundo. Em 1998 ela recebeu da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC o título de Doutorado *honoris causa*. Também recebeu na Universidade de São Paulo – USP, a Medalha de Honra ao Mérito, também em 1998 e muitas outras condecorações no Brasil e no mundo inteiro.

Atualmente há mais de 700 empresas de Economia de Comunhão presente em cerca de 40 países dos cinco continentes, atuando em praticamente todos os ramos de atividades, produção, comércio, serviços, levando uma nova realidade para aqueles que aderem a este modelo econômico.

4.3 – A ECONOMIA DE COMUNHÃO NO BRASIL

Como foi citado anteriormente, a Economia de Comunhão na Liberdade é um projeto econômico e social genuinamente brasileiro. Nasceu durante uma visita de Chiara Lubich ao Brasil, na Comunidade Mariápolis Ginetta, como uma resposta às desigualdades que esta percebeu em São Paulo. Ao lançar o projeto, em maio de 1991, Chiara pediu o apoio dos membros do movimento do Brasil para a efetivação deste projeto e a resposta foi imediata. A resposta foi imediata porque se percebe a confiança que os membros dos Focolares tem na sua fundadora é bastante forte. O projeto Economia de Comunhão passou a ser encarado como uma proposta viável e mais ainda, uma forma a mais de difundir pelo mundo a “cultura da partilha” que está tão ligada ao carisma do movimento.

Ainda em 1991 foram fundadas as primeiras empresas de Economia de Comunhão, a *La Túnica* e a *Spes*, todas as duas do ramo de confecções. Em 1993 foi fundada a *ESPRI*, uma empresa de participação que tinha como objetivo captar recursos para fazer nascer próximo a Mariápolis Ginetta um pólo empresarial. Desta forma, em pouco tempo foi instalado o Pólo Empresarial Spartaco, abrigando primeiramente a *La Túnica*. Atualmente, o Pólo Empresarial Spartaco abriga seis empresas de Economia de Comunhão. São elas: a La Túnica, a Rotogine, a Eco-ar, a Prodieta, a Uniben e a AVN. (MOTTA, 2001).

Além das empresas do Pólo, existem muitas outras empresas de Economia de Comunhão espalhadas por todo o Brasil. Existem empresas que estão instaladas na região de São Paulo, porém, fora do Pólo, experiências de empresa nos Estados do Rio Grande do Sul, no Paraná, em Pernambuco, Minas Gerais, ou seja, em praticamente todas regiões brasileiras a Economia de Comunhão está presente. A seguir, serão relatadas algumas experiências de Economia de Comunhão no Brasil, no sentido de promover um esclarecimento mais concreto dos resultados desse projeto no País.

4.4 – EXPERIÊNCIAS DE ALGUMAS EMPRESAS DE ECONOMIA DE COMUNHÃO NO BRASIL

4.4.1 - A ESPRI S.A

A Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais (ESPRI) iniciou suas atividades em 1993 e é, como já foi relato neste trabalho, uma Sociedade Anônima que tem como objetivo principal captar recursos para financiar outras empresas de Economia de Comunhão que queiram se instalar no Pólo Industrial Spartaco. O capital social estimado da ESPRI gira em torno de um milhão e quinhentos mil reais. Os recursos dessa empresa são oriundos da subscrição de pessoas que acreditam firmemente na realização do projeto Economia de Comunhão. A ESPRI conta

atualmente com mais de três mil acionistas que juntamente com o movimento Focolares, acreditam numa forma de organização mais justa e uma vida social mais digna para todos. (FARIA, 2000)

A ESPRI estipula como valor mínimo para a subscrição das ações 20 reais, devido ao custo que se tem com bancos, ou seja, um valor menor do que esse seria impraticável e acarretaria prejuízo para a empresa e não ganho.

Essa empresa é coordenada por um Conselho de Administração que é dirigido por dezenove membros representantes de várias regiões do País. Esses membros possuem formação técnica diferente para que a empresa possua qualificação maior nas tomadas de decisões. A empresa ainda possui uma Diretoria Executiva composta de quatro membros que se encontram regularmente.

A infra-estrutura do Pólo Empresarial Spartaco, ou seja, os galpões, são alugados as empresas que se instalam. Toda a região de Spartaco pertence aos associados da ESPRI e esta é de todos. Essa medida tem como objetivo minimizar problemas futuros com herança ou algo parecido. A idéia é coletivizar a região de Spartaco, pois, se este pólo fosse somente de uma pessoa, isso comprometeria a liberdade e a partilha, critérios de extrema importância para efetivação do projeto de Economia de Comunhão. A área do Pólo Empresarial Spartaco é de 37.466 m², localizada no município de Cotia, no Estado de São Paulo. (FARIA, 2000)

A ESPRI promove anualmente uma assembléia geral, onde são apresentadas as prestações de contas para os acionistas e onde também se discutem novas estratégias objetivando o desenvolvimento da Economia de Comunhão no Brasil. A empresa também promove Fóruns de debates com o objetivo de discutir novas formas de ver a Economia de Comunhão e fazer crescer o número de contribuintes (acionistas). Uma das propostas foi a criação do *grupo dos quinhentos*, um grupo de acionistas que contribuiriam com R\$ 50 reais. Através dessa medida, vários outros galpões puderam ser erguidos. Vale ressaltar que os acionistas não são em todos brasileiros, existem

acionistas franceses, argentinos, italianos, paraguaios, alemães, entre outros que contribuem para o desenvolvimento do Pólo Empresarial Spartaco.

Desse modo, a principal tarefa desta empresa de participação é adquirir cada vez mais adeptos dessa nova forma de pensar o mundo econômico e empresarial, desenvolvendo o Pólo Empresarial Spartaco que, vale ressaltar, foi o primeiro pólo empresarial de Economia de Comunhão, que abriga atualmente seis empresas e ainda tem capacidade de abrigar pelo menos mais seis. Esse pólo demonstra que apesar de todas as dificuldades encontradas para realização da Economia de Comunhão, foi possível criar uma sociedade fraterna embasada numa cultura de comunhão.

4.4.2 – A LA TUNICA CONFECÇÕES IND. E COM. LTDA

A empresa La túnica foi a primeira empresa de Economia de Comunhão do Brasil. Nasceu em 1991 numa região próxima a Mariópolis Ginetta, mudando em 1994 para um galpão do Pólo Empresarial Spartaco, sendo, portanto, a primeira empresa a se instalar no pólo.

No início a empresa enfrentou muitas dificuldades, pois, a estrutura era muito simples. Havia apenas duas máquinas semi-industriais para dar início as atividades, porém, a confiança de que esse primeiro experimento de Economia de Comunhão poderia dar certo foi a diferença que fez com que este negócio prosperasse. Chiara foi visitar as atividades dessa unidade produtiva e foi ela mesma que escolheu o nome da empresa. (GASPAR, 2000)

A La Túnica trabalha basicamente com malharia, principalmente feminina, porém, também há uma linha infantil e unissex. Ao longo do tempo, com muitas dificuldades, o negócio foi amadurecendo e hoje essa empresa tem uma participação significativa no ramo de confecções.

De acordo com o carisma das empresas de Economia de Comunhão, a La Túnica preza firmemente por um bom relacionamento entre as pessoas que trabalham na empresa, os clientes, os fornecedores e os concorrentes.

Acredito que posso resumir nossa experiência com este pensamento, pois, esta é a meta que perseguimos desde os primeiros dias, dentro da empresa, no relacionamento com os fornecedores, com os clientes e com todas as pessoas que se encontram de algum modo ligada a ela. (GASPAR,2000, p. 130).

Ao mesmo tempo a empresa se preocupa em gerar empregos para a região no sentido de promover uma melhor qualidade de vida para todos. Percebe-se que há um esforço em sempre colocar o “homem” no centro de todas as relações dentro e fora da empresa.

Segundo Gaspar (2000), as funcionárias que trabalham nessa empresa são em sua maioria pobres e se sentem felizes em poder ajudar outras pessoas mais pobres do que elas. Há um intenso ambiente de solidariedade e organização dentro da empresa. Muitas das funcionárias eram donas de casa ou jovens sem a mínima qualificação. Elas foram formadas e qualificadas na empresa, de forma que passaram a possuir uma profissão, ou seja, estão melhores preparadas para o mercado de trabalho. Nesse sentido é que se pode afirmar que a Economia de Comunhão proporciona um crescimento na qualidade de vida das pessoas na empresa e na sociedade.

A solidariedade trouxe muitos resultados positivos para a empresa. Um exemplo disso é quando se tem que cumprir metas que não foram estabelecidas previamente. Há um esforço de todos, dirigentes e funcionárias (que a empresa chama de sócias) para que a meta seja estabelecida, ou seja, há todo um envolvimento das funcionárias, pois, estas sabem que a empresa pertence também a elas e que não pode haver uma preocupação individual, tudo o que diz respeito a empresa também diz respeito a elas.

Desse modo, nosso trabalho torna-se realmente um serviço e pode dar uma contribuição para a renovação da sociedade. Os lucros, então, adquirem um significado novo: são a explicitação concreta da gratificação que encontramos no desempenho da missão que nos propusemos. (GASPAR, 2000, p.131).

Logo, o resultado de todo esse processo também é partilhado por todos dentro da La Túnica.

4.4.3 – A ESCOLA AURORA

A Aurora S/C - Centro Educacional Ltda nasceu também no mesmo ano em que a Economia de Comunhão na Liberdade foi lançada, em 1991. Atuando, em princípio, somente com o ensino infantil, chegando atualmente no ensino fundamental.

A mesma também passou pelas mesmas dificuldades que se enfrenta no início de qualquer atividade econômica, principalmente se for uma escola, pois depende diretamente do pagamento das mensalidades e estas algumas vezes podem não ser pagas devido uma crise financeira na família, entre outros. O ano de 1998 foi decisivo para a escola, pois, esta estava passando uma dificuldade financeira significativa e precisava aumentar o número de alunos para não trair os valores que uma empresa de Economia de Comunhão deve ter que são salários justos, pagamentos honestos de impostos, mensalidades acessíveis e a partilha dos lucros de acordo com as três finalidades. Desse modo, o problema não ficou somente entre os diretores da escola. Organizaram-se várias reuniões que envolveram diretores, funcionários, professores e os pais dos alunos no sentido de encontrar uma saída que pudesse resolver os problemas pelas quais a escola atravessava. Vale ressaltar que essa crise de 1998 não afetou somente a Aurora, a maioria das escolas de São Paulo atravessava pelas mesmas dificuldades e muitas delas chegavam a fechar. Foi nesse momento que, segundo Corrêa (2000), a solidariedade se fez mais presente dentro do centro de ensino. As pessoas envolvidas com a escola começaram a partilhar suas economias pessoais e, no final de 1998, a escola passou a ter um aumento em torno de 30% dos alunos ao contrário da realidade de muitas outras escolas da região que tiveram uma diminuição considerável das suas receitas.

A direção da escola relata que possui um “sócio invisível” que nunca falha. Trata-se da Providência Divina que fortalece e anima as pessoas que lidam com o projeto Economia de Comunhão. (CORRÊA, 2000)

A principal palavra na escola é a palavra diálogo. A Aurora preza por um bom relacionamento entre funcionários, diretores, professores e alunos, sabendo que umas das regras básicas de um bom diálogo é as pessoas estarem dispostas a externarem suas idéias, mas, também, ouvir as sugestões dos outros e, se for para o bem da empresa, abrir mão de sua sugestão se esta for a decisão do grupo. Os alunos também participam desse diálogo e estão também no centro da empresa juntamente com todos que trabalham nela.

A produção do conhecimento, os planejamentos e as decisões tomadas na escola têm como motivação principal o diálogo. O aluno está no centro do processo educativo, e o educador também aprende. A relação professor-aluno se dá sempre na troca recíproca, e, nesse clima em que tudo circula, o que é dificuldade de um passa a ser de todos. Isso reflete-se no relacionamento entre as crianças. É um ponto fundamental, nesse processo, a participação delas, que acabam vivenciando a fraternidade e a coerência como verdadeiros valores de vida, autenticamente humanos (CORRÊA, 2000, p. 134).

Como resultado desse diálogo, em 1999, a escola publicou um livro de poesia feito pelos próprios alunos. No mesmo ano gravou-se um CD com 21 músicas cantadas e compostas pelos alunos, também os alunos da terceira série fizeram um trabalho contando a história do município de Vargem Grande Paulista, lugar onde se encontra a escola. Tudo isso são melhorias que fazem com que os alunos adquiram, desde de cedo, o espírito de cidadania e solidariedade.

4.4.4 – A POLICLÍNICA ÁGAPE

A Policlínica Ágape Ltda está localizada no município de Vargem Grande Paulista, em São Paulo e foi constituída em 1992. A primeira quota de capital foi de uma médica recém-formada que ficou impressionada com o projeto Economia de Comunhão na Liberdade e, para isso, vendeu

algumas jóias da família. Logo após, outros médico e enfermeiros também deram sua quota de participação fazendo nascer a clínica. A parte do projeto Economia de Comunhão que mais impressionou esses profissionais foi a possibilidade de poder dividir com os pobres os lucros gerados na clínica.

A existência de uma unidade de saúde dentro do projeto Economia de Comunhão foi de grande importância devido à utilidade que esta clínica poderia ter para a população mais pobre da região. Não se trata de promover consultas e/ou remédios de graça, mas, baratear mais esse setor que é tão necessário à qualidade de vida de todos os indivíduos.

Se para a maior parte das empresas o faturamento é o principal instrumento de aferição de resultados, para nós, os mais de dez mil clientes cadastrados na clínica, sem contar os atendidos pelo laboratório, são nosso patrimônio primordial. É com eles que construímos e exercitamos, cotidianamente, um novo horizonte para a saúde. (BONFIM, 2000, p. 139).

A Policlínica Ágape dispõe hoje de cerca 30 profissionais, dos quais, 12 são médicos especialistas. Há também serviços de laboratórios de análises clínicas, eletroencefalografia, eletrocardiograma, raio X, ultrasonografia, enfim, uma gama de serviços básicos que uma clínica deva possuir. Há também uma áreas de odontologia, onde são feitos simples consultas, próteses dentárias, cirurgias, ortodontia etc. Na Ágape também estão presentes profissionais como fisioterapeutas, psicólogos, e fonoaudiólogos. O interessante desta empresa é que a maioria dos profissionais que trabalha nela não é ligada ao movimento dos Focolares, mas, contribuem firmemente nos propósitos da Economia de Comunhão . (BONFIM, 2000)

O que estes profissionais estão dando é uma contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e fraterna. Eles, mesmo sem pertencerem ao movimento, estão dando um verdadeiro testemunho de partilha e comunhão. Esse é mais um traço fundamental do projeto que não precisa que, necessariamente, os indivíduos pertençam ao movimento Focolares. Alias, se fosse o contrário, o próprio movimento estaria contradizendo uma de suas premissas que é a

liberdade de crença e pensamento. O Focolares é um movimento católico, mas, de maneira alguma impõe sua religião ou modo de pensar para as outras pessoas. Elas são livres para acreditarem no que quiserem. O que o movimento e o projeto Economia de Comunhão pretende é juntar forças com indivíduos de várias crenças e convicções para juntos transformar esse “mundo do ter” em um mundo mais fraterno e solidário.

4.4.5 – A ECO-AR IND. E COM. LTDA

A ECO-AR é uma empresa de produtos de limpeza e iniciou suas atividades em 1994. Ela é uma das seis empresas que estão operando no Pólo Empresarial Spartaco. No início, a produção era bem amadora, os produtos eram entregues nos carros das pessoas que trabalhavam na empresa. Com o passar do tempo, a credibilidade da empresa foi aumentando e o negócio começou a desenvolver-se. A linha de produtos foi se diversificando a cada dia e a receita da empresa aumentando.

Os produtos da ECO-AR estão presentes em grandes redes como Carrefour e Grupo Extra e as encomenda não param de chegar. A ética nas relações é o grande diferencial desta empresa que preza muito pelo cumprimento de suas encomendas. Essa ética fez com uma empresa de representações procurasse a ECO-AR no sentido de representá-la no resto País. Isso espantou muitos os dirigentes, pois, essa empresa representava grandes grupos e agora iria representar uma empresa pequena e sem marketing como a ECO-AR. Tal empresa de representação procurou exatamente a ECO-AR porque já estava cansada de representar empresas que não tinham fidelidade nos compromissos. Isso comprova que as empresas de Economia de Comunhão podem ser mais eficientes do que empresas puramente capitalistas, pois, a fidelidade nos prazos de entrega torna-se um compromisso assumido não só pelos dirigentes, mas, por todos os funcionários. (FIORELLI, 2000)

Na direção da empresa estão três pessoas de formação profissional diferente, onde há um respeito mútuo. Evidentemente, há divergências nas idéias, porém, isso deve ser encarado com uma vantagem e não um problema. É uma vantagem, pois, enriquece a discussão fazendo com que diferentes alternativas para a solução de um único problema seja apresentado. Os funcionários também dão sua parcela de contribuição na discussão dos problemas da empresa. (FIORELLI, 2000). É esse caráter de coletividade que faz com que as empresas de Economia de Comunhão se tornem eficientes mesmo estando ao lado de outras empresa capitalista de grande porte.

4.4.6 – A ROTOGINE – ROTOMOLDAGEM DE PLÁSTICOS LTDA

Essa empresa surgiu em 1995 , é localizada no Pólo Empresarial Spartaco e é uma iniciativa de um empresário francês chamado François Neveux, proprietário da Neveux, uma empresa de manufaturados plásticos.

A Rotogine desenvolve vários produtos plásticos, entre eles: caixas d'água, caixas de gorduras, fossas sépticas para saneamento básico, etc. Há, inclusive, de no futuro a empresa também fabricar playgrounds.

A concorrência nesse setor de atividade é muito grande e a Rotogine encontra algumas dificuldades para manter suas contas equilibradas. Em 1996 a empresa registrou um prejuízo de 20 mil reais, porém, os gastos com impostos foram de 62 mil reais. Numa empresa comum, geralmente, o empresário tentaria burlar os impostos, pagando menos e, conseqüentemente, equilibraria suas contas. Não é intuito deste trabalho afirmar que toda a empresa puramente capitalista sonega imposto. O objetivo é demonstrar que os impostos são um custo alto para toda e qualquer empresa e que algumas delas optam por não pagar totalmente os impostos devidos numa tentativa de alcançar um lucro maior. Como nas empresas de Economia de Comunhão o lucro não é

o centro e, sim, a ética nas relações sociais, os impostos são encarados como uma relação social entre empresa, governo e sociedade. (SANTOS, 2000).

Atualmente a Rotogine mantém a mesma marca, porém, a razão social agora é K N e Plásticos, Indústria e Comércio Ltda devido a entrada do grupo Femaq (uma outra empresa de Economia de Comunhão) e da Estrela na sociedade da empresa.

4.4.7 – A PRODIET FARMACÊUTICA LTDA

A Prodiel Farmacêutica Ltda iniciou suas atividades como empresa de Economia de Comunhão em 1993, porém, já existia desde 1989. A empresa atua no ramo de medicamentos, tendo em torno de 120 concorrentes no Estado do Paraná. A empresa possui uma filial no Pólo Empresarial Espartaco.

A atuação da empresa se dá nos hospitais mediante licitações públicas. Com a adesão ao projeto Economia de Comunhão, percebeu-se uma mudança positiva no relacionamento entre a direção e os empregados. Também um novo relacionamento surgiu com os concorrentes. Conforme nos diz uma dos dirigentes da empresa:

No entanto, entendi que o concorrente está no mercado e vai ter uma fatia do bolo. É alguém com quem devemos conviver. Entendi que o centro de toda atividade econômica é o ser humano. Quem está por trás de um concorrente? O ser humano, o homem. Quem está por trás do fornecedor? O homem. Quem está por trás de um funcionário? O homem. O homem está no centro de tudo. (TORTELLI, 2000, p.151).

4.4.8 – A UNIBEN E A AVN

A UNIBEN é uma empresa que atua na atividade de *factoring*, oferecendo títulos e trabalhando em parceria com o banco Itaú S/A. A empresa também oferece seguros de todos os tipos, contratos de *leasing*, passagens aéreas, consórcios em parceria com a seguradora e

financiadora Porto Seguro. Esta empresa está localizada no Pólo Empresarial Spartaco, na região de Vargem Grande Paulista, em São Paulo. (BARAÚNA, 2001)

A AVN é a última empresa que foi instalada no Pólo Empresarial Spartaco e atua no ramo de embalagens plásticas. A AVN conta, atualmente, com dezoito funcionários e com uma produção de quatrocentos mil recipientes por mês. A empresa tem a meta de alcançar 1.000.000 de embalagens por mês. (BARAÚNA, 2001)

Vale ressaltar que entre seus clientes estão também outras empresas de Economia de Comunhão com por exemplo, a ECO-AR, que absorve cerca de 60% da produção da AVN.

4.5 – DEPOIMENTOS À RESPEITO DO PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO

Importantes depoimentos se mostram favoráveis ao projeto Economia de Comunhão na Liberdade. Os Relatos são de diferentes pessoas, entre elas, políticos, religiosos, empresários e pessoas comuns que de alguma forma tiveram contato com este novo modo de pensar a sociedade e a economia.

O primeiro relato é do Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo:

Achei notável essa experiência de Economia de Comunhão que está se realizando aqui próximo de São Paulo, no sentido de participação onde todos possam ter maior conhecimento das decisões de como produzir, o que produzir, como inclusive estar garantindo mais oportunidade de trabalho para todos e também com o sentido de comunhão nos resultados. (SUPLICY, EdC NO BRASIL, 2000).

O depoimento da Deputada Luíza Erundina, do PSB de São Paulo:

A Economia de Comunhão é uma alternativa já testada, já aprovada e revolucionária do ponto de vista de uma nova concepção de economia, uma nova concepção de riqueza que se divide fraternalmente (...) é um modelo revolucionário esta experiência aqui! (ERUNDINA, EdC NO BRASIL, 2000).

Depoimento de Marco Maciel, ex-vice-presidente da república, durante um congresso sobre Economia de Comunhão em maio de 1998, disponível no site www.focolare.org/br/eco9_pt.html:

A Economia de Comunhão, idealizada por Chiara Lubich, é uma experiência que traz uma grande dose de humanismo nos relacionamentos econômicos, em um mundo em que domina o fenômeno da globalização. É um projeto que não busca a competitividade econômica, mas, a equidade social, uma sociedade mais justa e mais humana. (MACIEL, 1998).

Depoimento de Maria Magna, empresária e também membro do movimento focolares numa entrevista cedida em 26 de novembro de 2002, em Natal/RN a este pesquisador:

A Economia de Comunhão nos traz a beleza de como conduzir uma empresa. Se Deus é amor, em tudo se deve ter amor. Ao organizar a empresa deve-se pensar no Deus-Amor. Deve-se sempre pensar na fraternidade com todos: empregados, fornecedores, clientes e concorrentes. Minha empresa já tem a filosofia da Economia de Comunhão, porém, ainda não temos lucro para partilhar. Mas, a relação com os clientes, empregados e concorrentes está sempre baseado na comunhão.

Depoimento de Pe Normando, Pároco da Paróquia de São Camilo e membro do movimento Focolares numa entrevista cedida em novembro de 2002, em Natal/RN a este pesquisador:

Ficou mais fácil responder como religioso. Tecnicamente eu teria dificuldade de falar, mas, como religioso eu vejo a Economia de Comunhão como a Graça de Deus colocada em prática através do movimento Focolares, no tocante à economia. O movimento realmente penetra em todas as estruturas humanas e penetrar no campo da economia era muito difícil devido a sua própria natureza. Foi preciso 50 anos de movimento para formar “homens novos” com uma capacidades gerencial voltada para a comunhão, gerando uma forma de distribuir o lucro de uma forma totalmente cristã.

Depoimento do Diácono Francisco Teixeira, coordenador do SEAPAC/RN numa entrevista concedida a este pesquisador em novembro de 2002, em Natal/RN:

Economia de Comunhão constitui-se numa experiência possível capaz de aplicar o modelo capitalista de produção centrado na pessoa humana, em torno de quem deve gravitar a relação capital/trabalho. É exatamente a comunhão que garante a sobrevivência das classes mais pobres em nosso Brasil. Não seria exagerado afirmar que o apelo feito por aqueles que hoje acreditam e propagam a Economia de Comunhão seja o mesmo feito por Jesus Cristo há mais de dois mil anos.

O professor Edivanaldo Vicente, membro do movimento Focolares em Natal em entrevista concedida a este pesquisador em novembro de 2002:

Vendo a Economia de Comunhão nos preparamos para corresponder aos desígnios mais profundos que Deus pensou por todos nós. Sobretudo quando tal projeto favorece uma ação coletiva de partilha entre todos que concretamente se inserem na sua execução. Todavia, percebo, que é preciso cada vez mais chegar ao maior número de pessoas esse projeto. Pois bem, cabe a nós, hoje evitar que um novo crime seja consumado: que a economia vigente destrua a esperança – sobretudo nos jovens – de uma mutação possível, pois, isso está ao nosso alcance, da organização econômica das nossas sociedades.

De acordo com esses depoimentos, constata-se que já existe uma massa crítica bastante favorável ao projeto economia de comunhão. É preciso que a partir desses depoimentos, sejam ampliadas as divulgações sobre essa forma de pensamento e de atuação para que outras pessoas imbuídas de espírito construtivo e solidário sejam estimuladas a participar do seu desenvolvimento, ampliando, ainda mais, a sua expansão no Brasil e no mundo.

4.6 – A ECONOMIA DE COMUNHÃO NO RN – UMA ESPERANÇA!

Segundo Edivanaldo Vicente, membro do movimento Focolares em Natal/RN, atualmente no Estado não há experiências concretas de Economia de Comunhão, porém, alguns projetos já estão sendo idealizados na mente de alguns membros do movimento. As razões desse projeto ainda não ter se concretizado no neste Estado são várias, entre elas: o número de membros do movimento que ainda são poucos, dificultando a divulgação do projeto; os trabalhos de pesquisa que estão começando a surgir no meio universitário potiguar, tendo resultados ainda modestos.

É preciso que se organizem mais encontros nos meios acadêmico e empresarial para que se possa discutir e difundir a Economia de Comunhão. A Igreja de Natal também poderia ser mais atuante, pois, percebe-se que poucos religiosos potiguares têm o necessário conhecimento sobre essa iniciativa que nasceu no interior da Igreja Católica. Entre os entrevistados, poucos evidenciaram algum conhecimento prático mais aprofundado sobre as experiências realizadas.

O Rio Grande do Norte possui muitas dificuldades de geração de emprego e renda, tanto no interior quanto na capital do Estado e a Economia de Comunhão poderiam minimizar esses problemas, oferecendo aos menos favorecidos uma oportunidade de elevar sua qualidade de vida e fazer desenvolver na mente dessas pessoas um espírito mais solidário, um espírito de comunhão.

5 - CONCLUSÃO

Através do presente estudo constata-se que a economia solidária é uma aplicação da ciência econômica que está se desenvolvendo significativamente ao longo dos anos devido aos problemas causados pelo capitalismo contemporâneo. O capitalismo vigente caminha para um futuro totalmente negro com relação à promoção do emprego e da renda. A globalização torna os postos de trabalho cada vez mais competitivos, fazendo com que significativa parte da população não tenha acesso ao emprego. Os postos tornam-se competitivos porque o modelo econômico instalado não cria empregos na mesma proporção em que surgem novos trabalhadores. O desemprego atinge todos os níveis de idade, desde pessoas com mais de quarenta anos até jovens recém-formados.

A economia solidária, em especial a economia de comunhão na liberdade, vem diminuindo, mesmo que de forma ainda muito modesta, o desemprego e aumentando a renda das populações mais pobres no Brasil. Constata-se que a solidariedade não é algo utópico e que, quando levada a sério, pode produzir frutos permanentes na sociedade. Verifica-se também que vários agentes são importantes para que os projetos possam ter êxito, entre eles, ressalta-se o papel da Universidade que pode fornecer o teor técnico para as experiências, tornando o trabalho mais organizado. Sem dúvida, não se pode deixar de mencionar o papel dos meios de comunicação que ainda precisa ser mais atuante no sentido de fornecer uma divulgação maior dessas experiências.

Vê-se também, com relação à economia de comunhão na liberdade, que esse projeto exige que os participantes se transformem em “pessoas novas”, em empresários que possuam uma nova visão empresarial. Eles devem abandonar a “cultura do ter” e se preencher da “cultura do dar”, procurando distribuir um pouco de sua riqueza, ainda mais, a economia de comunhão, quando experimentada de fato, promove um crescimento não só da empresa, mas de todos os que participam do processo. O lucro passa a ser dividido em três partes, uma voltando para a empresa,

outra para a formação de homens novos e a outra para ajudar os necessitados. Essa é a grande novidade deste projeto. A economia de comunhão é uma alternativa altamente viável em todos os níveis. É viável para a empresa, pois, comprovou-se nesse trabalho que aquelas que aderiram a esse projeto podem possuir suas dificuldades, mas, conseguem manter-se dignamente. É viável para o Governo, pois as empresas de economia de comunhão fazem questão de pagar seus impostos honestamente gerando, portanto, mais receita para o Estado. Por fim, é viável para a sociedade, pois, promove um desenvolvimento com uma melhor qualidade de vida para a população envolvida no projeto.

Observa-se que o Estado do Rio Grande do Norte ainda não possui nenhuma experiência de economia de comunhão e isso se deve, acredita-se, principalmente à questão da falta de divulgação dessa experiência enriquecedora. É preciso que haja mais informação no meio acadêmico e empresarial. Nesse sentido, a Igreja, o movimento Focolares e as pessoas que conhecem o projeto poderiam ser mais atuantes, promovendo palestras, discussões, debates a respeito do tema. Sabe-se do empenho do movimento para a divulgação da economia de comunhão, porém, esta deveria ser mais atuante ainda.

Uma das grandes dificuldades para a elaboração deste trabalho foi a obtenção do material bibliográfico para nortear o estudo, visto que a bibliografia sobre o tema ainda é muito restrita devido às poucas experiências existentes no País.

Desse modo, espera-se que este estudo constitua uma contribuição para a difusão do assunto, pelo menos no sentido de divulga-lo para que possa servir como ajuda para estudos posteriores ligados à economia de comunhão e áreas afins. Acredita-se que poderia ser explorado com mais afinco a questão de como são conseguidos os créditos que financiam as empresas de economia de comunhão, também poderia ser explorada a vantagem que o Estado tem ao incentivar tais

alternativas, entretanto, essas são sugestões para novas pesquisas que queiram aprofundar a pesquisa feita na presente monografia.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____, **Alguns Dados Históricos**. Disponível na Internet. www.focolares.org.br/pagemf.html. Acesso em 21/11/2002.

_____, **Cerâmicas Comunitárias criam novas relações de trabalho**. Revista Landuá, Natal, nº 1, p. 28-29, 2002.

_____, **Economia de Comunhão: o que falaram**. Disponível na Internet www.focolare.org/br/eco9_pt.html.

_____, **O Movimento do Focolares**. Disponível na Internet. www.focolares.org.br/pagemf.html. Acesso em 21/11/2002.

BARAÚNA, Marcia. **Bureau Internacional da Economia e do Trabalho**. Revista Economia de Comunhão, São Paulo, nº 1, p. 10-11, Junho de 2001.

BONFIM, Darlene Ponciano. **Policlínica Ágape**. In **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**, São Paulo: Cidade Nova, 2000.

BRUNI, Luigino. **Para uma Teoria Econômica de Comunhão**. In **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**, São Paulo: Cidade Nova, 2000.

CALIARRI, Ginetta. **O projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões**. In **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**, São Paulo: Cidade Nova, 2000.

CASTRO, Carlos Henrique de. **O Clube de Trocas de São Paulo**. In Singer, Paul & SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**, São Paulo: Contexto, 2000

CORRÊA, Ana Maria do Nascimento. **Escola Aurora**. In **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**, São Paulo: Cidade Nova, 2000.

DORNBUSCH, Rudiger & FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**, 5ª ed., São Paulo: Makron Books, 1991

EdC no Brasil. São Paulo: Centro Vita Audiovisuais, 2000. I videocassete (17 min): VHS, Ntsc, son., color, Legendado, Port.

FARIA, Ricardo Caiuby. **ESPRI S.A** . In **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**, São Paulo: Cidade Nova, 2000.

FERRUCCI, Alberto. **Considerações sobre a Economia de Comunhão**. In QUARTANA, Pino. **Economia de Comunhão**, São Paulo: Cidade Nova, 1992.

- FIGLIOLI, Ercília Teixeira. **Eco-Ar Indústria e Comércio Ltda.** In **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**, São Paulo: Cidade Nova, 2000.
- GASPAR, Maria do Carmo. **La Túnica Confecções Ind. E Com. Ltda.** In **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**, São Paulo: Cidade Nova, 2000.
- HOLZMANN, Lorena. **Gestão Cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática.** In Singer, Paul & SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**, São Paulo: Contexto, 2000
- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**, Rio de Janeiro: Campus, 1982 .
- KON, Anita. **Tecnologia e Trabalho no Cenário da Globalização.** In DOWBOR, Ladislau, IANNI, Otávio & RESENDE, Paulo-Edgar. **Desafios da Globalização**, Rio de Janeiro: Vozes, 1997
- LUBICH, Chiara. **A Economia que Nasce do Amor.** Revista Cidade Nova, São Paulo, nº 5, p. 19-22, maio de 2001
- LUBICH, Chiara. **O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão.** In **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**, São Paulo: Cidade Nova, 2000.
- MOTTA, João Manoel. **Economia de Comunhão Abrindo Caminhos.** Revista Cidade Nova, São Paulo, nº 5, p. 16-18, maio de 2001
- NAKANO, Marilena. **Anteag: a autogestão como marca.** In Singer, Paul & SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**, São Paulo: Contexto, 2000
- QUARTANA, Pino. **A Economia de Comunhão no Pensamento de Chiara Lubich.** In QUARTANA, Pino. **Economia de Comunhão**, São Paulo: Cidade Nova, 1992.
- RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**, São Paulo: Makron Books, 1995
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**, 2ª ed., São Paulo: Best Seller, 1999.
- SANTOS, Luiz Carlos. **Rotogine – Rotomoldagem de Plásticos Ltda.** In **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**, São Paulo: Cidade Nova, 2000.
- SINGER, Paul. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.** In Singer, Paul & SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**, São Paulo: Contexto, 2000

SINGER, Paul. **Incubadoras Universitárias de Cooperativas: um relato a partir da experiência da USP.** In Singer, Paul & SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego,** São Paulo: Contexto, 2000

SPOSATI, Aldaíza. **Globalização: um novo e velho processo.** In DOWBOR, Ladislau, IANNI, Otávio & RESENDE, Paulo-Edgar. **Desafios da Globalização,** Rio de Janeiro: Vozes, 1997

TORTELLI, Armando. **Prodiel Farmacêutica Ltda.** In **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho,** São Paulo: Cidade Nova, 2000.